



EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90052/2026

Registro de Preços (Lei 14.133/2021)

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO	UNIDADE GESTORA (UASG): 926495	
PROCESSO Nº: 2026/016712	CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO DO LOTE ÚNICO	
MODO DE DISPUTA: ABERTO	REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por Preço Unitário	
EXCLUSIVO PARA ME/EPP/EQUIPARADA: NÃO		
ORÇAMENTO SIGILOSO: NÃO		
FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado através do Banco do Brasil, conforme disposto no Decreto Estadual nº 62.867/2017.		
ÓRGÃO RESPONSÁVEL pela licitação	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	
ÓRGÃOS PARTICIPANTES (art. 19 da Resolução CNJ nº 347/2020)	Não há	
OBJETO		
Constituição de Sistema de Registro de Preços para aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação, nos locais informados no item 7.1 do Anexo I, em Lote Único, conforme especificações constantes que integram este Edital e seus Anexos.		
PRAZOS		
DATA DO INÍCIO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:	A partir da divulgação no PNCP	
SESSÃO PÚBLICA		
LOCAL	DATA	HORA
www.compras.gov.br	11/06/2026	11:00
DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL		
O Edital está disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (https://www.gov.br/pncp/pt-br), no Portal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl), e no Portal de Compras do Governo Federal – (www.compras.gov.br)		



LEGISLAÇÃO	ENDEREÇO ELETRÔNICO
Provimento CSM nº 2.724/2023	https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/213357
Provimento nº 100/2024	https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/219767
Instrução Normativa nº 17/2025	https://esaj.tjsp.jus.br/gcn-frontend-vue/legislacao/find/231240
Resolução CNJ nº 7/2005	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/187
Resolução CNJ nº 9/2005	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=189
Resolução CNJ nº 181/2013	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=1873
Resolução CNJ nº 229/2016	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2300
Resolução CNJ nº 347/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3518
Resolução CNJ nº 351/2020	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557

Torna-se público que o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por meio do Portal de Compras do Governo Federal, realizará a licitação na modalidade **“PREGÃO”**, na forma **“ELETRÔNICA”**, critério de julgamento **“MENOR PREÇO”**, modo de disputa **“ABERTO”**, regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023 e Provimento nº 100/2024 desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020 e 351/2020, além das regulamentações estaduais, e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Constituem anexos deste edital, dele fazendo parte integrante para todos os fins de direito:

Anexo I	— Termo de Referência
Anexo I-A	— Locais de Entrega
Anexo I-B	— Planilha de Formação de Preços
Anexo II	— Declaração Unificada – Lei nº 14.133/2021
Anexo III	— Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados
Anexo IV	— Catálogo de Materiais (CatMat)
Anexo V	— Relatório de Pesquisa de Preços
Anexo VI	— Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo VII	— Minuta do Contrato a ser celebrado

1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto desta licitação é a constituição de **Sistema de Registro de Preços** para aquisição de **portais detectores de metais**, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação, nos locais informados no item 7.1 do **Anexo I**, em **Lote Único**, conforme especificações que integram este Edital e seus **Anexos**.
- 1.2. **Catálogo de Materiais (CatMat)**: conforme **Anexo IV**.
- 1.3. A Detentora da Ata de Registro de Preços obriga-se a executar as Autorizações de Fornecimento/Contratos que poderão advir, expedidas pela **Contratante**, até a capacidade de fornecimento declarada na proposta, conforme **Anexo I-B**.
- 1.4. Fica vedada a adesão por órgãos não participantes à ata de registro de preços decorrente desta licitação, assim como participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que os produtos/serviços serão prestados/fornecidos exclusivamente para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.
- 1.5. A licitação será realizada em **Lote Único**, formado por um item e constituído por mais de uma Comarca, conforme especificado no Termo de Referência (**Anexo I**), devendo o licitante oferecer proposta para o item que o compõe e para todas as Comarcas, conforme **Anexo I-B**.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - **SICAF** e no Sistema de Compras do Governo Federal (**www.gov.br/compras**).
 - 2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 2.3.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no **item 2.1** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.5.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, e para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.
- 2.5.1.** A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo apresentar a Declaração Unificada, conforme consta no modelo do **Anexo II**.
- 2.6.** O envio da proposta vinculará o licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

3. DO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 3.1.** Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
- 3.1.1.** Aquela que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).
- 3.1.2.** Empresas em consórcio, qualquer que seja a forma de sua constituição.
- 3.1.3.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, o que inclui:
- 3.1.3.1.** impedimento para licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo;

- 3.1.3.2.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos;
- 3.1.3.3.** licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.1.4.** Aquela que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.1.5.** Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria;
- 3.1.6.** Terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;
- 3.1.7.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.1.8.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4. DA FORMULAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 4.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2.1. O preço unitário e total do item que compõe o **Lote Único**:

4.2.1.1. No preço unitário deverá ser considerada a isenção do ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços prevista no art. 55, do Anexo I, do Regulamento do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços do Estado de São Paulo, ou seja, sem a carga tributária do ICMS;

4.2.1.2. O valor equivalente à isenção do ICMS, a que se refere o art. 55, do Anexo I do mencionado Regulamento, obrigatoriamente, deverá ser indicado no respectivo documento fiscal por ocasião do pagamento.

4.2.1.3. O instituto da isenção do ICMS não se aplica nos casos de:

4.2.1.3.1. Aquisição de bens ou mercadorias de fornecedores domiciliados fora do Estado de São Paulo;

4.2.1.3.2. Aquisição de bens, mercadorias e prestações de serviços adquiridos com o ICMS retido antecipadamente por sujeição passiva por substituição tributária;

4.2.1.3.3. Aquisição de bens ou mercadorias importadas que possuam similares produzidos no Brasil.

4.2.2. Confirmar via *chat* de que concorda com o prazo de validade da proposta (item 4.18 do Edital), prazo de entrega e instalação (itens 8.1.1 e 8.2.1 do **Anexo I – Termo de Referência**) e prazo de pagamento (item 9.5 do **Anexo I – Termo de Referência**) estabelecidos no edital, se solicitado(a) pelo(a) pregoeiro(a).

4.2.3. Em atendimento ao item 5.7.2, no encerramento da etapa de negociação, e antes da aceitabilidade do preço, será solicitado(a) pelo(a) Pregoeiro(a) à empresa que ofertou o menor lance, de acordo com o **Lote Único**:

- 4.2.3.1.** Indicação do prazo de garantia, que não poderá ser inferior ao solicitado no **item 6.2.1** do **Anexo I**;
- 4.2.3.2.** Planilha, conforme modelo do **Anexo I-B – Planilha de Formação de Preços**.
- 4.3.** No cadastramento da proposta inicial, em campo próprio do sistema, deverão ser preenchidas as declarações exigidas dos licitantes.
- 4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
- 4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;
- 4.5.3.** não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas e as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. Na hipótese de se verificar a exceção especificada neste **item 4.5.3**, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 4.6.** A falsidade da declaração de que trata os **subitens 4.3 a 4.5** sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 4.7.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8.** Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 4.9.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 4.9.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 4.10.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 4.10.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 4.10.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.9** não terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação.
- 4.12.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

- 4.13.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.14.** Ao formular a proposta de preço, o licitante deverá indicar o valor do item que irá compor o **VALOR GLOBAL do Lote único**, conforme planilha de formação de preços – **Anexo I-B**.
- 4.15.** Os valores deverão ser calculados com duas casas decimais.
- 4.16.** O valor proposto será fixo e nele deverão estar incluídos todos os tributos, fretes, taxas e demais custos necessários à prestação do serviço objeto desta licitação.
- 4.17.** Os preços ofertados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional e apurados com data vinculada conforme o caput do artigo 135 da Lei Federal nº 14.133/2021, sem a inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária.
- 4.18.** O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias.
- 4.19.** Não será admitida cotação inferior à quantidade prevista neste Edital.
- 4.20.** Na formulação da proposta de preços, o licitante deverá computar todos os custos diretos e indiretos, inclusive os resultantes da incidência de quaisquer tributos, contribuições ou obrigações decorrentes da legislação trabalhista, fiscal e previdenciária a que estiver sujeita.
- 4.21.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.22.** No momento a que se refere o **item 4.2.3**, deverão ser indicadas as seguintes informações do licitante e de todos os seus representantes:
- 4.22.1.** Da empresa:
- a) Número do CNPJ;
 - b) Razão Social;
 - c) Endereço completo;
 - d) Telefone(s) comercial;
 - e) E-mail comercial; e,

- f) Dados bancários: Banco do Brasil S.A., agência e número da conta corrente.

4.22.2. Do(s) representante(s):

- a) Nº do CPF;
- b) Nome completo;
- c) e-mail;
- d) Telefone;
- e) Se é sócio administrador; e
- f) Se é signatário do contrato.

4.23. A(s) planilha(s) eletrônica(s) disponibilizada(s) no formato Excel no portal de licitações do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e no Portal de Compras do Governo Federal é (são) de uso facultativo. No entanto, o licitante deverá apresentar o cálculo de acordo com o **Anexo I-B**, quando solicitado pelo(a) Pregoeiro(a).

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. Da abertura da sessão pública

- 5.1.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.1.2.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.2. Da formulação de lances

- 5.2.1.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.2.2.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, e com julgamento e adjudicação considerando o **VALOR GLOBAL do lote único**.
- 5.2.3.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

- 5.2.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.2.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser em conformidade com o **Anexo I-B – Planilha de Formação de Preços**.
- 5.2.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.2.7. O modo de disputa adotado é o aberto, em razão disso, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.2.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.2.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.2.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.2.11. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.2.12. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.2.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.2.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

- 5.2.15.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.2.16.** No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.2.17.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.2.18.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.3. Das microempresas e empresas de pequeno porte

- 5.3.1.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial.
- 5.3.1.1.** O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 5.3.2.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.3.3.** A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor

inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.3.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.3.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.4. Do critério de desempate

5.4.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

5.4.2. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.4.2.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.4.2.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.4.2.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.4.2.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

5.4.2.5. persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

- b) empresas brasileiras;
- c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

5.4.2.6. caso a situação de empate real não tenha sido dirimida por nenhum dos critérios do art. 60 da Lei nº 14.133/2021, acima indicados, antes da fase de julgamento, o sistema Compras.gov irá realizar sorteio, de forma automática.

5.5. Da negociação

- 5.5.1.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 5.5.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 5.5.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.5.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 5.5.5.** O(A) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
 - 5.5.5.1.** É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 5.5.5**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender

necessário ou a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

- 5.5.6. Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.6. Da classificação das propostas

- 5.6.1. Serão desclassificadas as propostas que:

- 5.6.1.1. contiverem vícios insanáveis.
- 5.6.1.2. não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e seus Anexos.
- 5.6.1.3. apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação.
- 5.6.1.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigida pela Administração.
- 5.6.1.5. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital e de seus Anexos, desde que insanável.

- 5.6.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

- 5.6.3. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.

- 5.6.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios legais estabelecidos no **art. 60 da Lei 14.133/2021**.

- 5.6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.7. Da aceitabilidade do preço

- 5.7.1. A aceitabilidade da proposta para o **lote único** será aferida a partir do(s) preço(s) de mercado vigentes na data da apresentação da proposta, apurado(s) mediante pesquisa realizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que não poderá ser superior ao **valor unitário de R\$ 33.552,73 (trinta e três mil, quinhentos e cinquenta e dois reais e setenta e três centavos) por portal entregue e instalado**, que corresponde ao valor total

do **Lote Único** de R\$ 1.744.741,96 (um milhão setecentos e quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos).

- 5.7.2.** Para verificação de aceitabilidade, caso ainda não os tenha, o licitante autor do menor preço deverá encaminhar o preço unitário e total do item do lote único, com valores adequados ao preço final ofertado, e os documentos e informações mencionados no **item 4.2.3**, por meio eletrônico que vier a ser disponibilizado.
- 5.7.3.** O prazo para envio das informações será estabelecido pelo(a) Pregoeiro(a) mediante mensagem registrada no sistema.
- 5.7.4.** Na análise de viabilidade do preço proposto, o(a) Pregoeiro(a) considerará os preços apresentada pela licitante, em que todos os valores serão avaliados em relação ao preço de mercado.
- 5.7.4.1.** Erros no preenchimento da planilha não são motivos suficientes para a sua desclassificação, quando esta puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, desde que não prejudiquem a isonomia ou a competitividade do certame e atendidas as demais condições de aceitabilidade.
- 5.7.4.2.** O(A) Pregoeiro(a) poderá, no julgamento das propostas, sanear erros ou falhas que não alterem a isonomia ou a competitividade do certame, a substância das propostas e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada.

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Dos documentos de habilitação jurídica:

- 6.1.1.** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- 6.1.2.** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado, atualizado e documentação comprobatória dos(as) atuais administradores(as) ou dirigentes;
- 6.1.3.** No caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição ou designação de seus atuais administradores e alterações ou da consolidação respectiva;

- 6.1.4.** Ato constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- 6.1.5.** No caso de sociedade empresária estrangeira, portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 6.1.6.** Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 6.2. Dos documentos de qualificação técnica:**
- 6.2.1.** Como documentos para Qualificação Técnica, deverão ser apresentados aqueles relacionados no item 14 do **Anexo I**.
- 6.2.2.** Os atestados relativos à qualificação técnico-profissional e operacional, poderão ser oriundos de entidades estrangeiras, desde que acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.
- 6.2.3.** Os atestados de capacidade técnica deverão referir-se a produtos ofertados no âmbito do objeto social especificado no contrato social vigente, devidamente registrado, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- 6.2.4.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 6.2.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 6.2.6.** É facultado ao(a) Pregoeiro(a), ou a sua Equipe de Apoio, promover diligências destinadas a averiguar a veracidade das informações constantes dos atestados.

6.2.7. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

6.2.7.1. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

6.2.7.2. Caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação.

6.2.7.2.1. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

6.3. Dos documentos de regularidade fiscal e trabalhista:

6.3.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

6.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.3.3. Certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual e Municipal (Tributos Mobiliários), da sede do licitante;

6.3.4. Certidão de regularidade de débito com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS-CRF), emitido pela Caixa Econômica Federal;

6.3.5. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

6.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

6.4. Dos documentos de qualificação econômico-financeira:

6.4.1. A licitante deverá comprovar que possui boa situação financeira, considerando-se aquela que não esteja em regime falimentar e possua, de acordo com o **Nível 3** de aferição previsto pela Instrução Normativa nº 17/2025 deste TJSP, em relação ao último exercício social:

6.4.1.1. patrimônio líquido de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do **valor estimado da contratação**; e

6.4.1.2. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

6.4.1.2.1. caso quaisquer dos índices de Liquidez Geral (LG), de Liquidez Corrente (LC) e de Solvência Geral (SG) sejam iguais ou inferiores a 1 (um), o patrimônio líquido a ser comprovado será de, no mínimo, 10% (dez por cento) do **valor estimado da contratação**.

6.4.2. A comprovação deverá ser feita mediante:

6.4.2.1. Apresentação de balanço patrimonial e demonstração de resultado, já exigíveis e apresentados na forma das Leis nº 6.404/76, 10.406/02 e 8.934/1994, Decretos nº 1.800/1996 e 8.683/2016 e demais normas pertinentes, devidamente

assinados(as) por contador(a) ou por profissional equivalente e pelo(a) representante legal, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, e termos de abertura e encerramento do livro diário devidamente autenticado.

6.4.2.1.1. O balanço patrimonial, a demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis deverão ser apresentadas em relação aos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

6.4.2.1.2. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

6.4.2.2. A licitante que transmite a Escrituração Contábil Digital (ECD) ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) poderá fazer a comprovação de autenticação mediante a apresentação do respectivo recibo de entrega.

6.4.2.3. Caso o balanço patrimonial apresente alguma irregularidade ou, embora regular, apresente índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) menores que 1 (um), poderá ser exigida declaração e memória de cálculo, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos para a contratação.

6.4.3. Os cálculos dos indicadores relacionados nos **itens 6.4.1.1 e 6.4.1.2** poderão ser realizados com base na documentação contábil:

6.4.3.1. do último exercício social, no caso de a empresa ter sido constituída há menos de dois anos;

6.4.3.2. da abertura, no caso de a entidade interessada ter sido constituída no exercício financeiro da licitação ou no que a antecedeu, sendo que, no último caso, somente será admitida se porventura as demonstrações contábeis do exercício anterior não forem exigíveis

nos termos da legislação e do marco temporal estabelecido no edital/contrato.

- 6.4.4.** Deverá ser apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

6.5. Outros documentos:

- 6.5.1.** Declaração Unificada (Modelo do **Anexo II**).

6.6. Da autenticidade dos documentos:

- 6.6.1.** A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o(a) Pregoeiro(a), mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;
- 6.6.2.** O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

6.7. Do julgamento de habilitação

- 6.7.1.** Os documentos previstos no Edital (e seus Anexos), necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.1.1.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 6.7.2.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 6.7.3.** Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021), conforme **Anexo II** (Declaração Unificada).
- 6.7.4.** Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa

com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

6.7.5. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

6.7.6. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

6.7.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

6.7.7. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

6.7.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

6.7.8. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

6.7.8.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf deverão ser enviados por meio do sistema, em formato digital, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a).

6.7.8.1.1. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) fixar prazo para cumprimento da providência descrita no **item 6.7.8.1**, mediante mensagem registrada por sistema, podendo prorrogá-lo nos casos em que entender necessário ou a

partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.7.9. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

6.7.9.1. Os documentos relativos à habilitação que constem do Edital/Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

6.7.10. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

6.7.10.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

6.7.10.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

6.7.11. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.7.12. Na hipótese de ocorrerem indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, o licitante será inabilitado, mediante decisão motivada.

6.7.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **item 6.7.8.1.1**.

6.7.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

- 6.7.15.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).
- 6.7.16.** Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados(as) pelo(a) Pregoeiro(a), deverão ser encaminhados ao Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), situado na Rua Direita, nº 250, 23º andar – Sé – São Paulo/SP – CEP: 01002-903.
- 6.7.17.** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- 6.7.18.** As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 6.7.18.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração, neste ato representada pelo(a) Pregoeiro(a), para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 6.7.18.2.** A sessão pública será suspensa pelo(a) Pregoeiro(a), por 5 (cinco) dias úteis, para que o licitante vencedor possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.7.18.3.** Na retomada da sessão, o(a) Pregoeiro(a) decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista.
- 6.7.18.4.** A não regularização da documentação no prazo previsto, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo de aplicação de penalidades cabíveis.
- 6.7.19.** Se a oferta não for aceitável, se o licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, o(a) Pregoeiro(a), respeitada a ordem de classificação, examinará a oferta

subsequente de menor preço, negociará com o licitante, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo licitante atenda às condições do Edital, caso em que será declarado(a) vencedor(a).

6.8. Considerações gerais

- 6.8.1. A declaração ou documentação falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e da proposta de preços sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação.
- 6.8.2. As certidões apresentadas serão consideradas válidas pelo período de 180 (cento e oitenta) dias da data de expedição, na hipótese de não constar prazo de validade no documento.
- 6.8.3. As certidões Positivas com efeito de Negativas terão o mesmo efeito de Certidões Negativas.

7. DA AVALIAÇÃO DA AMOSTRA

7.1. Encerrada a sessão pública, e antes da homologação do certame, a empresa vencedora deverá cumprir as exigências relativas à avaliação da amostra, previstas no **item 6.5 do Anexo I**.

- 7.1.1. Deverá ser observado o disposto no **item 6.5.6 do Anexo I**.

8. DO RECURSO

8.1. As razões de recurso e as contrarrazões serão oferecidas, por meio eletrônico, no sítio www.compras.gov.br

- 8.1.1. Se houver a necessidade de apresentação de documentos, atinentes ao recurso ou às contrarrazões, poderá ser encaminhado ao e-mail: gpac@tjsp.jus.br
- 8.1.2. Os documentos que não puderem ser enviados por meio eletrônico, deverão ser apresentados mediante protocolo, no Grupo de Pregoeiros e Agentes de Contratação (GPAC), sito na Rua Direita, nº 250 – 23º andar, São Paulo, nesta Capital, observados o prazo de 3 (três) dias úteis.

- 8.2.** A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.3.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação no sistema.
- 8.4.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 8.4.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - 8.4.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;
 - 8.4.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação no sistema.
- 8.5.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 8.6.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 8.7.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 8.8.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 8.9.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.10.** Será assegurada ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses, sendo que os autos do processo, poderão ser solicitados por e-mail, no endereço: licitacoes@tjsp.jus.br.
- 8.11.** A falta da manifestação imediata do licitante, no prazo concedido, importará a decadência do direito de recurso e o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.

8.12. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente para adjudicação e homologação.

10. DA DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

10.1. Ao licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

10.2. A desconexão do sistema eletrônico com o(a) Pregoeiro(a), durante a sessão pública, implicará:

10.2.1. No caso de desconexão com o(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

10.2.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

10.3. A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante, não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

11. DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO

11.1. Até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá, através do **Portal TJSP** (*Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo* – <https://www.tjsp.jus.br/adm/portal-servicos-frontend/portal-servicos-scl>), solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório do certame.

- 11.1.1. Não serão aceitos pedidos de esclarecimentos e impugnações em qualquer e-mail ou outro link.**
- 11.1.2.** A impugnação e os pedidos de esclarecimentos serão formulados em campo próprio do **Portal TJSP**.
- 11.1.3.** A resposta à impugnação ou a pedido de esclarecimento serão divulgados no **Portal TJSP** no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 11.1.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 11.1.5.** Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para realização da licitação, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

12. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Do prazo de assinatura

- 12.1.1.** Homologado o resultado e adjudicado o objeto da licitação, o(a) vencedor(a) terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação específica, para assinar a Ata de Registro de Preços e o **Anexo III** - Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados da Ata, bem como os Contratos que poderão advir, por meio de assinatura eletrônica, a serem disponibilizados no sítio do Tribunal de Justiça.
- 12.1.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 12.1.1.2.** O(A) representante legal do licitante vencedor, legitimado(a) para firmar o ajuste, deverá **possuir o certificado digital (e-CPF) válido**.
- 12.1.1.3.** Na impossibilidade da Ata de Registro de Preços e o **Anexo III** e/ou Contrato serem assinados eletronicamente, por falha do sistema ou por motivo superveniente do Tribunal de Justiça, o licitante vencedor será convocada para assiná-los fisicamente.

12.1.1.4. O licitante vencedor deverá informar, no momento a que se refere o **item 4.2.3**, o e-mail do(a) representante legal para fins de assinatura da Ata de Registro de Preços, do **Anexo III** e dos Contratos que poderão advir.

12.1.1.5. O licitante deverá observar as determinações contidas nas alíneas "i" e "n" do **Anexo III**, por meio de contatos a serem mantidos com o(a) gestor(a) da contratação.

12.1.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

12.1.3. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

12.1.4. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

12.1.5. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12.2. Do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços

12.2.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será conforme o **item 3.6.1** do **Anexo I**.

13. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

13.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

13.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

- 13.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.
- 13.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
- 13.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
- 13.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 13.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 13.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
- 13.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
- 13.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:
- 13.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 13.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

14. DAS CONTRATAÇÕES

- 14.1.** Os fornecedores incluídos na Ata de Registro de Preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas neste ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

- 14.2.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de contratação em igualdade de condições.
- 14.3.** Os Contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços serão formalizados nos termos do **CAPÍTULO I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em sua atual redação.
- 14.4.** Deverá conter no Contrato ou instrumento equivalente para execução do objeto:
- 14.4.1.** Local de entrega e instalação;
 - 14.4.2.** Número do Registro de Preços;
 - 14.4.3.** Valor da despesa;
 - 14.4.4.** Prazo de entrega e instalação dos produtos;
 - 14.4.5.** Descrição e quantificação dos produtos; e
 - 14.4.6.** Recursos orçamentários que serão onerados pela despesa correspondente (cópia da Nota de Empenho).
- 14.5.** Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida na licitação, as quais serão verificadas pelo Tribunal de Justiça antes da assinatura do contrato, eletronicamente, via sítios oficiais na internet.
- 14.6.** Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 14.7.** Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.
- 14.8.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do

adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei Estadual nº 12.799, de 2008.

14.9. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

14.9.1. Sicaf;

14.9.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

14.9.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

14.9.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

14.9.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);

14.9.6. Cadastro Estadual de Empresas Punidas CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e

14.9.7. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

14.10. A consulta ao cadastro CNCIAI será realizada em nome da pessoa jurídica licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

14.11. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.11.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:

14.11.1.1. sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

14.11.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

14.11.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

14.11.2. Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o **subitem 14.11** e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o **subitem 14.11.1.**

14.12. Do prazo de vigência do contrato

14.12.1. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão vigência de **156 (cento e cinquenta e seis) dias**, a partir da assinatura do contrato pela contratada.

14.12.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

14.12.2.1. Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

- a) o contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;
- b) a Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.13. Do prazo e do local de entrega/instalação do objeto

14.13.1. A contratada deverá realizar entrega, instalação e treinamento dos produtos em conformidade com o estabelecido neste Edital, e nos prazos indicados no **item 8 do Anexo I.**

14.13.2. A entrega dos produtos deverá ser feita nos locais indicados no **item 7.1 do Anexo I**, correndo por conta da contratada todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários,

decorrentes da entrega.

14.14. Do reajuste

14.14.1. O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **10/02/2026**, data do orçamento estimado (§ 7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/21), com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

14.15. Do equilíbrio econômico-financeiro

14.15.1. O Contratante terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

14.16. Do cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020

14.16.1. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos dos arts. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020.

14.16.2. Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

14.16.2.1. Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

14.16.2.2. Nome da empresa contratada;

14.16.2.3. Descrição sucinta dos acontecimentos.

14.16.3. A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ

nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br.

14.16.4. A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557.

14.16.5. Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

14.17. Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados

14.17.1. Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a CONTRATADA deverá declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados (**Anexo III**).

15. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

15.1. O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual dever ser realizado na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023.

15.2. Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no **Anexo I**.

15.3. Na ausência de prazos no **Anexo I**, fica estabelecido que:

15.3.1. o recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e

15.3.2. o recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

- 15.4. O Recebimento Provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no **Anexo I**.
- 15.5. Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(a) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 15.6. O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento será efetuado com base no objeto do contrato e nos produtos/serviços efetivamente entregues/prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos do objeto.
- 15.7. Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a) a qualidade do material e dos produtos empregados;
 - b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração;
 - c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.
- 15.8. Caso os materiais/serviços não sejam entregues/executados nas formas previstas nos **Anexos deste Edital**, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

16. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 16.1. A gestão e fiscalização serão exercidas no interesse exclusivo do Contratante, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2724/2023, não suprimindo a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades previstas na Lei nº 14.133/2021.
- 16.2. Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os(as) servidores(as) indicados(as) pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça.
- 16.3. Para efeito do disposto neste item, o Contratante registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

- 16.4.** A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

17. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 17.1.** O prazo para pagamento será em conformidade com o item 9.5 do **Anexo I**.
- 17.2.** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 17.3.** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 17.4.** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 17.5.** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 17.5.1.** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **item 17.2**.
- 17.5.2.** A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo da ata de registro de preços/contrato.

- 17.5.3.** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, na ata de registro de preços/contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(a) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **item 17.1** será interrompido.
- 17.5.4.** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.
- 17.6.** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.
- 17.6.1.** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br, NF-e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br, Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.
- 17.6.2.** No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.
- 17.7.** Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.
- 17.8.** As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa 4.4.90.52.34 - Fonte 275530001.

18. DAS SANÇÕES

- 18.1.** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.

18.2. Na penalidade de multa, caso não esteja estipulada nos **Anexos** deste Edital, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, de:

18.2.1. 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;

18.2.2. 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;

18.2.3. 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de **inexecução parcial** da obrigação assumida;

18.2.4. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de **inexecução total** da obrigação assumida;

18.2.5. 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;

18.2.6. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor do Contrato, no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra.

18.3. A Contratada que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e

indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.

- 18.4.** A Contratada que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, ficará **impedida de licitar e contratar, através da declaração de inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.4.1. As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do **item 18.3**, também sofrerão a sanção mencionada no **item 18.4**.

- 18.5.** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.6.** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 18.7.** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentará o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 18.8.** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela Contratada, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.2.** Das sessões públicas de processamento da licitação será lavrada ata circunstanciada, a ser assinada pelo(a) Pregoeiro(a) e pela equipe de apoio.
- 19.3.** Será mantido sigilo quanto a identidade dos licitantes, para o(a) Pregoeiro(a) até a etapa de negociação com o(a) autor(a) da melhor oferta e para os demais, até a etapa de habilitação.
- 19.4.** O resultado do presente certame e demais atos pertinentes a esta licitação serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Eletrônico da Justiça Eletrônico do Estado de São Paulo (DEJESP) e nos sítios eletrônicos www.tjsp.jus.br e www.compras.gov.br
- 19.5.** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta licitação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa quando:
- 19.5.1.** A contratada venha a contratar empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros(as) ou juízes(as) vinculados(as) ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);
- 19.5.2.** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos(as) magistrados(as) ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores(as) ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta

ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;

19.5.3. A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os(as) magistrados(as) e servidores(as) geradores(as) de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;

19.5.4. A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado(a) ou servidor(a) não abrangido(a) pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

20. DO FORO

20.1. Para dirimir as questões oriundas deste Edital, será competente o foro da Comarca de São Paulo.

São Paulo, data registrada no sistema.

Eliana Bontansa
Coordenadora de Licitações e Compras
SAAB 5.1

Rodnei Pinto Fernandes
Diretor de Licitações e Suprimentos
SAAB 5

Pregão Eletrônico nº 90052/2026

Anexo	Descrição	Fls.
Anexo I	Termo de Referência	44 a 60
Anexo I-A	Locais de Entrega	61 a 63
Anexo I-B	Planilha de Formação de Preço (1)	64
Anexo II	Declaração Unificada – Lei nº 14.133/2021	65 a 66
Anexo III	Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados	67 a 69
Anexo IV	Catálogo de Materiais (CatMat)	70
Anexo V	Relatório de Pesquisa de Preços	71 a 74
Anexo VI	Minuta da Ata de Registro de Preços	75 a 85
Anexo VII	Minuta do Contrato a ser celebrado	86 a 96

(1) Observação: Ver subitem 4.23 do Edital.

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(Lei 14.133/2021)
Registro de Preços

1. OBJETO

Registro de Preços para eventual aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação.

2. ORGÃOS PARTICIPANTES

Não haverá órgãos participantes, tendo em vista que a demanda não é passível de compra compartilhada com outros órgãos da Administração Pública.

3. DEFINIÇÃO DO OBJETO (alínea “a”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)**3.1. Natureza do Objeto**

A natureza do objeto a ser contratado é a aquisição de portais detectores de metais, com características e padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

3.2. Aquisição de itens de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133/2021)

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

3.3. Quantitativo

Lote 1 – Detectores de Metais

Item	Código	Descrição do Item	Unidade de Fornecimento	Qtde Máxima	Qtde Mínima
1	45.0184	Detector de metais, tipo portal, interno - incluso serviço de instalação e treinamento.	Unidade	52	0

3.4. Aplicação da cota de até 25% para ME/EPP (inciso III, art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006)

Inviável em virtude da natureza indivisível do objeto.

3.5. Dos preços (inc III, art. 82 da Lei nº 14133/2021)

- 3.5.1. Não se admitirá a previsão de preços diferentes.
- 3.5.2. Não haverá possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela.
- 3.5.3. Não haverá possibilidade de alteração de preços.

3.6. Prazo da Ata de Registro de Preços

- 3.6.1. O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021:

- 3.6.1.1. As atas de registro de preços serão publicadas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no prazo estabelecido no art. 94, inc. I da Lei nº 14.133/2021, considerando-se ainda o constante no §1º do mesmo artigo, se o caso.

- 3.6.2. Em caso de prorrogação da vigência da ata, será observado o que segue:

- 3.6.2.1. Os preços registrados poderão ser reajustados com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores à data do orçamento estimado.

- 3.6.2.2. As quantidades registradas serão renovadas para o período de vigência prorrogado.

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (alínea “b”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

A fundamentação completa da contratação está descrita no Estudo Técnico Preliminar, que será publicado juntamente com o Edital de Licitação ou Aviso de Contratação Direta, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Portal da Transparência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (alínea “c”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

5.1. REQUISITOS MÍNIMOS DO DETECTOR DE METAIS

- 5.1.1.** Estrutura robusta, em aço carbono, alumínio ou aço inox, resistente a impactos mecânicos (colisão, choque e pressões provocadas pelo tráfego de pessoas).
- 5.1.2.** Revestimento em materiais sintéticos ou metálicos com pintura eletrostática e acabamento em PVC de alta resistência, resistentes à corrosão, dispensando repintura e manutenção corretiva ao longo da vida útil.
- 5.1.3.** Peças sem cantos, bordas angulosas ou pontiagudas, evitando acidentes com pessoas e danos a roupas.
- 5.1.4.** Rodízios para transporte.
- 5.1.5.** Altura interna: entre 2,00 m e 2,20 m.
- 5.1.6.** Largura interna: entre 0,70 m e 0,85 m.
- 5.1.7.** Profundidade: entre 0,50 m e 0,70 m.
- 5.1.8.** Peso bruto: inferior a 100 kg.
- 5.1.9.** Tensão de alimentação bivolt: 90 a 240 V.
- 5.1.10.** Ajuste automático de tensão.
- 5.1.11.** Proteção contra surtos de tensão, curto-circuito e sobrecarga.
- 5.1.12.** Sistema UPS ou bateria integrada com autonomia mínima de 90 minutos, compatível com a potência do equipamento.
- 5.1.13.** Possibilidade de alimentação elétrica por qualquer lateral ou altura (piso, parede ou forro).
- 5.1.14.** Colunas de LEDs para indicação das zonas de detecção e alarmes nas laterais esquerda e direita.
- 5.1.15.** Unidade de controle com caracteres alfanuméricos e funções controladas por microprocessador.
- 5.1.16.** Contadores de passagem e alarmes bidirecionais.
- 5.1.17.** Indicador sonoro com volume ajustável e tom programável.
- 5.1.18.** Mínimo de 8 zonas de detecção independentes, com indicação precisa da localização dos objetos.
- 5.1.19.** No mínimo 100 níveis de sensibilidade configuráveis por zona.
- 5.1.20.** No mínimo 20 frequências de operação com busca automática.
- 5.1.21.** Capacidade de detecção de metais ferrosos e não ferrosos em qualquer orientação.

- 5.1.22. Imunidade à interferência da condutividade elétrica do corpo humano.
- 5.1.23. Filtros digitais programáveis para mitigação de ruído elétrico e interferência eletromagnética.
- 5.1.24. Sensibilidade para detecção de objetos grandes, médios e pequenos, conforme a National Institute of Justice NIJ 0601.02.
- 5.1.25. Capacidade de detecção uniforme em toda a área interna, independentemente da posição ou orientação do objeto.
- 5.1.26. Estabilidade de sensibilidade ao longo do tempo.
- 5.1.27. Imunidade a interferências de equipamentos elétrico/eletrônicos, estruturas metálicas próximas, equipamentos de telecomunicação RF, ruídos de rede elétrica e interferências eletromagnéticas (rádio VHF, UHF, telefones sem fio e celulares).
- 5.1.28. Capacidade de operar próximo a equipamentos de raios X sem alteração da sensibilidade ou geração de falsos alarmes.
- 5.1.29. Função de inibição para evitar alarmes causados por grandes metais no entorno externo do pórtico.
- 5.1.30. Uniformidade de detecção em toda a área de passagem do pórtico.
- 5.1.31. Proteção contra alarmes falsos provocados por interferência de corpo humano ou passagem de pessoas sem objetos metálicos.
- 5.1.32. Operação sem necessidade de recalibração mesmo com interferências externas transitórias.
- 5.1.33. Faixa de temperatura operacional: de -10 °C a +55 °C.
- 5.1.34. Umidade relativa: até 95%, não condensada.
- 5.1.35. Capacidade de inspecionar pelo menos 10 pessoas por minuto.
- 5.1.36. Operação segura para portadores de marca-passo, implantes cocleares, gestantes e mídias magnéticas.
- 5.1.37. Manual técnico e programação em língua portuguesa.
- 5.1.38. Possibilidade de instalação de múltiplos pórticos em proximidade de até 50 cm sem interferência entre si.
- 5.1.39. Não possuir rampas de passagem ou estruturas fixas que impeçam fluxo de pessoas.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (alínea “d”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

6.1. Sustentabilidade

A DETENTORA/CONTRATADA deverá adotar critérios e práticas de sustentabilidade tais como o uso de materiais sustentáveis, eficiência energética, redução de resíduos, tintas eco-friendly, transporte sustentável e embalagens e materiais de envio ecológicos.

6.2. Especificação da Garantia Complementar (inc. III, § 1º, art. 40, da Lei nº 14.133/2021)

6.2.1. O prazo de garantia dos equipamentos será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos equipamentos.

6.2.2. A garantia abrange defeitos de fabricação e quaisquer vícios que tornem o produto impróprio ao uso, observadas as especificações do item 5 deste Termo de Referência.

6.2.3. Durante a vigência da garantia, a DETENTORA/CONTRATADA responderá por todas as despesas necessárias à restauração da plena funcionalidade do equipamento, incluindo mão de obra, peças, materiais e testes. Todas as peças de reposição deverão ser novas e originais do fabricante.

6.2.4. Havendo qualquer falha de funcionamento do equipamento, deverá ser registrado chamado técnico junto à DETENTORA/CONTRATADA, com prazo máximo para resolução do problema de até 05 (cinco) dias úteis contados da abertura do chamado, salvo comprovação de impossibilidade, que será analisada pela contratante. A contagem do prazo inicia com a comunicação formal pela contratante.

6.2.5. Deverá ser de responsabilidade da DETENTORA/CONTRATADA todos os custos, a exemplo de transporte, frete, guarda e conservação dos equipamentos ou de peças e componentes, quando retirados dos locais onde estiverem instalados para manutenção ou substituição, no todo ou em parte.

6.3. Suporte técnico

6.3.1. A DETENTORA/CONTRATADA manterá, sem ônus adicional, serviço de atendimento pós-vendas por telefone, e-mail e aplicativo de mensagens, para registro de chamados, orientação de uso e suporte técnico.

6.3.2. Em caso de defeito, o atendimento realizará diagnóstico remoto visando, sempre que possível, à solução imediata.

6.3.3. Persistindo a falha após o diagnóstico remoto, a DETENTORA/CONTRATADA deverá agendar e realizar visita técnica presencial em até 02 (dois) dias úteis a partir da abertura do chamado.

6.3.4. O reparo deverá ser concluído em até 10 (dez) dias úteis contados da abertura do chamado, salvo comprovada impossibilidade técnica, a ser reconhecida pela CONTRATANTE.

6.3.5. Quando tecnicamente indispensável a remoção para laboratório, esta ocorrerá sem qualquer ônus para a CONTRATANTE, cabendo à DETENTORA/CONTRATADA o custeio de transporte e guarda do equipamento.

6.3.6. Nessa hipótese, a DETENTORA/CONTRATADA deverá substituir temporariamente o equipamento por outro equivalente ou de melhor qualidade até a conclusão do conserto.

6.4. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação deste objeto.

6.5. Amostra/exame de conformidade/prova de conceito

6.5.1. Após a declaração da vencedora do pregão e antes da homologação, encerrada a Sessão Pública, será concedido prazo de até 10 (dez) dias úteis para que a licitante vencedora apresente o equipamento à SAAB 2.1 – Coordenadoria de Segurança Patrimonial, em data e horário previamente agendados pela CONTRATANTE. As demais licitantes poderão acompanhar a análise técnica.

6.5.2. O equipamento a ser analisado deverá ser entregue completo e devidamente instalado na unidade predial da CONTRATANTE, situada na Rua Direita, nº 250, CEP 01002-903, Sé, São Paulo/SP. Todas as despesas decorrentes (frete, transportes, passagens, estadias e afins) correrão por conta exclusiva das licitantes.

6.5.3. O equipamento apresentado como amostra deverá ser idêntico, em todos os seus componentes e características, àquele que será efetivamente fornecido em caso de futura aquisição, não sendo permitida, na data da apresentação, a substituição de componentes, a adição de periféricos ou qualquer modificação em relação à configuração padrão do equipamento a ser entregue.

6.5.4. Os testes ocorrerão em local típico de uso do pórtico no Tribunal de Justiça, sem fontes evidentes de interferência, com raio livre imediato desobstruído e ponto de energia estabilizada disponível.

6.5.5. O equipamento será examinado quanto ao atendimento às características, operação, desempenho, funcionalidades e demais especificações deste Termo de Referência.

- 6.5.6.** O atendimento aos itens 5.1.5 a 5.1.12, 5.1.23, 5.1.26 a 5.1.28 e 5.1.30 a 5.1.37 deverá ser comprovado antes da data da avaliação da amostra, mediante envio de catálogo, manual técnico, laudo ou outro documento idôneo.
- 6.5.7.** O atendimento aos itens 5.1.1 a 5.1.4, 5.1.13 a 5.1.20, 5.1.29 e 5.1.39 será verificado no momento da avaliação, por inspeção visual e/ou demonstração prática realizada pela equipe técnica da licitante.
- 6.5.8.** Os itens 5.1.21, 5.1.22, 5.1.24 e 5.1.25 serão avaliados mediante a realização de bateria de testes, a ser conduzida pela equipe técnica, com a participação do responsável técnico da DETENTORA/CONTRATADA:
- 6.5.9.** A DETENTORA/CONTRATADA deverá disponibilizar, para fins da amostra, um Conjunto de Dispositivos de Teste em conformidade com o NIJ Standard 0601.02, devidamente acompanhado de certificado de homologação ou declaração de conformidade com a referida norma, a ser utilizado na demonstração técnica.
- 6.5.10.** O referido conjunto de testes deverá ser composto, no mínimo, pelos seguintes itens:
- 6.5.10.1.** Simulacro de arma de fogo em aço carbono (metal ferroso);
 - 6.5.10.2.** Simulacro de arma de fogo em alumínio (metal não ferroso);
 - 6.5.10.3.** Simulacro de arma de fogo em zamak 5 (liga metálica mista);
 - 6.5.10.4.** Simulacro de arma branca em alumínio (metal não ferroso);
 - 6.5.10.5.** Simulacro de arma branca em aço carbono (metal ferroso);
 - 6.5.10.6.** Simulacro de arma de fogo em aço inoxidável (FAA 3 GUN TEST).
- 6.5.11.** Antes do início da bateria de testes, a licitante poderá realizar a configuração e a calibração do pódio. Uma vez iniciada a bateria de testes, não será permitido qualquer ajuste de calibração durante a sua execução.
- 6.5.12.** Para a realização da bateria de testes, a equipe técnica do CONTRATANTE conduzirá os seguintes procedimentos:
- 6.5.12.1.** Passagem(ns) de pessoa(s), em qualquer direção, sem a presença de metais junto ao corpo, hipótese em que o pódio não deverá gerar alarme;
 - 6.5.12.2.** Passagem(ns) de pessoa(s), portando os simulacros integrantes do Conjunto de Dispositivos de Teste mencionado no item 6.5.8, em diferentes níveis de altura, ocasião em que o pódio deverá gerar alarme, indicando, no mínimo, a altura aproximada do objeto

detectado;

6.5.12.3. Passagem(ns) de pessoa(s), portando objetos metálicos inócuos de pequeno porte (ex.: moeda), situação em que o pórtico não deverá gerar alarme;

6.5.12.4. Passagem(ns) de pessoa(s), sem a presença de metais junto ao corpo, enquanto terceiro movimentar simulacro fora do vão do pórtico, situação em que o equipamento não deverá gerar alarme, devendo evidenciar imunidade a interferências externas.

6.5.13. Em caso de reprovação, será facultada à DETENTORA/CONTRATADA a realização de nova calibração do equipamento, bem como a execução de até 3 (três) baterias completas de testes.

6.5.14. Em caso de aprovação, ficará a critério do CONTRATANTE a repetição da bateria de testes, para fins de confirmação dos resultados obtidos.

6.5.15. Caso não seja alcançada aprovação integral, sem a ocorrência de falhas, em nenhuma das baterias de testes realizadas, a licitante será desclassificada.

7. LOCAIS DE ENTREGA/PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

7.1. Locais de entrega/Prestação de Serviço

Os locais passíveis de entrega e instalação dos equipamentos encontram-se relacionados no **Anexo I-A**.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO (alínea “e”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

8.1. ENTREGA DOS EQUIPAMENTOS

8.1.1. Após a emissão da Autorização de Fornecimento, a DETENTORA/CONTRATADA disporá do prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para promover a entrega dos portais nos locais indicados, em dias úteis, entre 9h00 e 17h00, mediante prévio agendamento junto às Administrações Prediais, pelos contatos constantes do **Anexo I-A**.

8.1.2. Os portais deverão ser entregues no local interno indicado pela Administração Predial, devidamente acondicionados e protegidos, de modo a evitar avarias durante as operações de transporte, carga, descarga e armazenamento.

- 8.1.3.** Verificada a entrega de portal com defeito ou vício, a DETENTORA/CONTRATADA deverá proceder à sua substituição, sem quaisquer ônus adicionais ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.
- 8.1.4.** As entregas serão realizadas nos endereços constantes do **ANEXO I-A**, correndo por conta exclusiva da DETENTORA/CONTRATADA todas as despesas relativas à embalagem, seguros, transporte, tributos, bem como encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.
- 8.1.5.** Eventual alteração ou acréscimo de endereço será comunicado à DETENTORA/CONTRATADA por ocasião da assinatura do respectivo contrato e/ou instrumento equivalente.

8.2. SERVIÇO DE INSTALAÇÃO/MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS

- 8.2.1.** A instalação dos equipamentos poderá ser realizada no mesmo dia da entrega, ou em até 10 (dez) dias úteis após a entrega, mediante agendamento junto à administração predial.
- 8.2.2.** Os equipamentos serão instalados em locais onde não haja interferências climáticas, ficando ao abrigo das intempéries.
- 8.2.3.** Os materiais necessários para a instalação dos equipamentos devem ser entregues devidamente embalados e identificados, assinalando-se na embalagem a marca e as demais características que os identifique e qualifique. Não serão aceitos materiais cujas embalagens apresentem sinais de violação.
- 8.2.4.** Caberá ao responsável pelo serviço de Administração de cada prédio, rejeitar totalmente ou em parte, durante a vigência da garantia, qualquer equipamento que não esteja de acordo com as exigências, assim como determinar prazo para substituição, que será não superior a 10 (dez) dias úteis, do material eventualmente fora de especificação, com defeito de fabricação ou vício de funcionamento.
- 8.2.5.** A DETENTORA/CONTRATADA obriga-se a entregar os bens a que se refere este termo de referência de acordo, estritamente, com as especificações neste descritas, sendo de sua inteira responsabilidade a reposição do objeto no todo ou em parte em que for constatado não estar em conformidade com as referidas exigências, mesmo que após o recebimento definitivo.
- 8.2.6.** O equipamento deverá ser calibrado conforme as condições do local de

instalação, considerando as características arquitetônicas e eventuais fontes de interferência, de modo a alcançar a sensibilidade máxima de detecção compatível sem gerar alarmes indevidos.

8.2.7. Deverá ser emitido relatório de instalação contendo, no mínimo:

- 8.2.7.1.** Data e horário da instalação;
- 8.2.7.2.** Número de série do equipamento;
- 8.2.7.3.** Identificação da unidade/local de instalação;
- 8.2.7.4.** Identificação do responsável técnico pela instalação;
- 8.2.7.5.** Identificação do responsável da administração predial que acompanhou a atividade;
- 8.2.7.6.** Parâmetros de calibração aplicados ao portal;
- 8.2.7.7.** Assinaturas do responsável técnico e do responsável da administração predial.

8.2.8. Uma via do Relatório de Instalação deverá permanecer na administração predial, e outra, em formato digital, deverá ser encaminhada à gestão do contrato pela DETENTORA/CONTRATADA.

8.2.9. Caso o representante da administração predial opte por não instalar os rodízios de transporte, a decisão deverá constar expressamente no relatório de instalação, com sua assinatura, ficando sob sua responsabilidade a guarda dos rodízios.

8.3. TREINAMENTO OPERACIONAL

8.3.1. Concluída a instalação do portal, na mesma data e local, a DETENTORA/CONTRATADA deverá ministrar treinamento operacional para servidores(as) designados(as) pelo Serviço de Administração de cada prédio, em quantidade não superior a três, quando da instalação dos equipamentos, abordando os seguintes assuntos:

- 8.3.1.1.** Descrição geral do funcionamento do equipamento;
- 8.3.1.2.** Apresentação da documentação técnica do equipamento;
- 8.3.1.3.** Técnicas de operação do equipamento;
- 8.3.1.4.** Rotinas para verificação de defeitos;
- 8.3.1.5.** Rotinas para o acionamento da empresa para assistência técnica corretiva.

8.3.2. A DETENTORA/CONTRATADA Deverá elaborar lista de presença do treinamento operacional, contendo nome completo e assinatura dos participantes. Na hipótese de não realização do treinamento, deverá constar declaração expressa do administrador predial, com sua assinatura, atestando ciência da não realização.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (alínea “f”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

9.1. Área administrativas e/ou técnicas

9.1.1. Gestor/Gestora do Contrato:

Responsável pela SAAB 2.1.2 - Serviço de Planejamento de Bens e Serviços de Segurança

Atribuições: Coordenar a gestão e fiscalização da execução contratual, adotando as medidas necessárias para o fiel cumprimento das obrigações.

9.1.2. Fiscal Administrativo:

Responsável pela SAAB 2.1.2.1 - Seção de Controle de Bens e Serviços de Segurança

Atribuições: Auxiliar o Gestor ou a Gestora na fiscalização dos aspectos administrativos da execução contratual.

9.1.3. Fiscal do Contrato:

A Fiscalização do Contrato ficará a cargo dos(as) responsáveis pelas Administrações Prediais

Atribuições: Fiscalizar a execução contratual de acordo com o estabelecido no contrato; Atestar definitivamente a nota fiscal/fatura (atesto eletrônico) e encaminhá-la à SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças; Receber o objeto, provisória e/ou definitivamente e desempenhar outras atividades previstas no contrato, no Provimento CSM nº 2724/2023 e na Lei nº 14.133/2021.

9.2. Protocolo de comunicação

As notificações serão, preferencialmente, por meio eletrônico, observados os prazos estabelecidos no Art. 130 do Provimento CSM Nº 2724/2023.

9.3. Recebimento Provisório

O prazo de recebimento provisório será de até 10 (dez) dias úteis após a entrega dos itens.

9.4. Recebimento Definitivo

O recebimento definitivo ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, contado da conclusão da entrega, da instalação e do treinamento operacional, desde que plenamente atendidas as obrigações assumidas e as condições pactuadas, nos termos do inciso II do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, e após a conferência dos bens pelo fiscal do contrato, com fundamento nos documentos e na nota fiscal/fatura que comprovem o cumprimento das exigências, prazos e valores ajustados.

9.5. Condições de pagamento

O pagamento será efetuado 30 (trinta) dias contados da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura pelo Fiscal Administrativo.

9.6. Acordo de nível de serviço

Não se aplica, em razão do objeto a ser contratado não se tratar de serviço.

9.7. Manutenção das condições de habilitação e qualificação durante a execução contratual (Provimento CSM 2.724/2023 art.º. 29 Inc. VI)

9.7.1. O(a) Gestor(a) do Contrato deverá solicitar a documentação de habilitação e qualificação, constantes do edital de licitação, a fim de verificar se a DETENTORA/CONTRATADA mantém as condições exigidas na contratação inicial, a cada seis meses contados da assinatura do contrato.

9.7.2. A DETENTORA/CONTRATADA deverá manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.8. Hipótese de glosa

Trata-se de contratação com entrega específica e pagamento integral, com isso não há hipótese de glosa.

9.9. Extinção do contrato (art. 137 da Lei nº 14.133/2021)

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este Contrato poderá ser rescindido nos termos dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, em sua redação atual.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (alínea “h”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, modo de disputa aberto, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (alínea “i”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 11.1.** A estimativa do valor da contratação é de R\$ 1.744.741,96 (um milhão setecentos e quarenta e quatro mil setecentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos).

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (alínea “j”, inc. XXIII, art. 6º da Lei 14.133/2021)

- 12.1.** A adequação orçamentária está demonstrada no item 17.8 do Edital.

13. PRESTAÇÃO DE GARANTIA NA CONTRATAÇÃO (arts. 96 da Lei nº 14.133/2021)

Não se aplica tendo em vista que a Ata de Registro de Preços não implica contratação imediata, além da exigência de prestação de garantia poder elevar de forma desproporcional os preços ofertados, diante da ausência de base de cálculo prévia.

14. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**14.1. Qualificação Técnico-Profissional (inc. I, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)**

- 14.1.1.** Certidão de Registro de profissional pertencente ao quadro permanente da empresa, a ser designado como responsável técnico pela execução dos serviços. A certidão deve ser emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) da região a que este estiver vinculado, dentro de seu período de validade, e atestar a regularidade do(a) profissional em relação ao conselho. O(a) profissional deve possuir formação em nível superior – Engenheiro(a) e/ou Tecnólogo(a) - com habilitação para atuar nas áreas de Elétrica/Eletrônica.

14.2. Qualificação Técnico-Operacional (inc. II, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

14.2.1. A licitante deverá comprovar capacidade operacional mediante atestado(s) emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que demonstrem ter fornecido e instalado portais detectores de metais com desempenho satisfatório, em quantitativo totalizável mínimo de 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado nesta Ata de Registro de Preços.

14.2.1.1. Para efeito de comprovação do item 14.2.1, será admitido o somatório de atestados e/ou declarações.

14.2.1.2. Consideram-se aptos os atestados referentes a portais detectores de metais de passagem, de qualquer fabricante/modelo, com tecnologia e complexidade similares, não se admitindo atestados de detectores portáteis.

14.3. Indicação de pessoal técnico (inc. III, art. 67 da Lei nº 14.133/2021)

A licitante deverá fornecer relação da equipe técnica cujo(a)(s) profissional(is) comprove(m) que faz(em) parte do quadro permanente da empresa, para atuar como responsável(is) técnico(a)(s) pela execução dos serviços.

15. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA/CONTRATADA

15.1. Designar, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da assinatura da Ata, preposto que tenha(m) plenos poderes para resolução de problemas técnicos, operacionais e administrativos, bem como contatos de telefone, e-mail e outro meio hábil para comunicação com o CONTRATANTE, mantendo estes dados atualizados durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

15.2. Manter seus/suas funcionários/funcionárias devidamente identificados com crachá, contendo nome completo, foto, nome da empresa e número de registro nesta, devendo portar tal documento de forma visível, durante todo o tempo de permanência nas dependências da unidade forense.

15.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE, a terceiros ou aos seus/suas empregados/empregadas ou preposto/preposta, decorrentes de sua culpa ou dolo, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade quanto à fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento, implicando, no que couber, na reposição de objetos, materiais e equipamentos extraviados ou danificados, ou ressarcimento equivalente aos prejuízos que der causa, desde que devidamente comprovados,

sem prejuízo de apuração nas esferas civil, criminal e administrativa.

- 15.4.** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, inclusive transporte da(s) peça(s) aos locais de entrega, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento dos produtos.
- 15.5.** Executar os serviços respeitando as instruções de saúde e meio ambiente, padrões de qualidade, normas da ABNT, leis, decretos, regulamentos e dispositivos legais, em suas últimas revisões, emitidos pelas autoridades governamentais, em âmbitos municipal, estadual e federal.
- 15.6.** Acatar as orientações do CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, cabendo à DETENTORA/CONTRATADA instruir seus profissionais que venham a prestar serviços.
- 15.7.** Providenciar, imediatamente após o recebimento de solicitação do CONTRATANTE, o afastamento de qualquer profissional ou preposto que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, ou, ainda, aquele que, a critério do CONTRATANTE, não esteja habilitado e/ou qualificado para a prestação dos serviços.
- 15.8.** Assegurar ao CONTRATANTE o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações e que atentem contra a sua segurança ou a de terceiros, ficando certo de que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do CONTRATANTE eximirá a DETENTORA/CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do contrato.
- 15.9.** Atender de imediato às reclamações do CONTRATANTE sobre a execução do serviço.
- 15.10.** Estar ciente da proibição de porte de armas, filmadoras, câmeras fotográficas ou similares, nas dependências dos prédios da CONTRATANTE, bem como de que seus funcionários poderão ser submetidos à vistoria pessoal ou do veículo, se necessário.
- 15.11.** Comunicar, caso haja, durante o desenvolvimento dos serviços, dificuldades que impossibilitem tecnicamente a sua execução, através de relatório técnico detalhado, incluindo quando necessários, fotografias ou outros recursos multimídia, com as devidas justificativas e possíveis soluções, sem custos adicionais, a ser apresentado ao (a) Gestor (a) da Ata de Registro de

Preços, com cópia ao Fiscal do Contrato.

- 15.12.** Estar ciente de que qualquer substituição de peça ou modificação elétrica, mecânica ou de acabamento, diferente do projeto original e que configure modernização, deve ser levada para prévia aprovação do CONTRATANTE, instruída com documentos técnicos (laudos, medições, ensaios etc.), de forma a ficar caracterizada e comprovada a necessidade da atualização sugerida.
- 15.13.** Comunicar e justificar ao Serviço de Administração do Prédio eventuais motivos de força maior que impeçam a realização dos trabalhos especificados.
- 15.14.** Restaurar e recuperar, conforme padrão existente no local, todas as instalações físicas e de equipamentos que forem, por qualquer motivo, afetados pela execução dos serviços contratados, mantendo limpo o local de trabalho, com remoção de todo o lixo resultante da execução dos serviços.
- 15.15.** Responder por todos os ônus referentes à entrega do objeto, tais como fretes, trâmites de desembaraço alfandegário e aduaneiro, encargos sociais e legais, impostos, despesas alfandegárias, seguros e demais obrigações, além das de ordem trabalhista e previdenciária relativa a seus empregados.
- 15.16.** Operar e agir com organização completa, fornecendo a mão de obra necessária à execução dos serviços objeto do contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços.
- 15.17.** Conduzir seus trabalhos em harmonia com as atividades do CONTRATANTE, de modo a não causar transtornos ao andamento normal dos serviços e dos horários estabelecidos em normas internas, nem quaisquer ônus relativos ao uso de recursos materiais ou humanos.
- 15.18.** Executar os serviços obedecendo às técnicas apropriadas e com emprego de mão de obra especializada, de materiais e técnica de primeira qualidade, observando orientação do CONTRATANTE.
- 15.19.** Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios pré-existentes nos equipamentos, os quais não implicam corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes ou prepostos, sendo que a regular fiscalização dos serviços pelo CONTRATANTE não exclui nem reduz a responsabilidade da DETENTORA/CONTRATADA.
- 15.20.** Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus profissionais acidentados ou com mal súbito.

- 15.21.** Assumir todas as responsabilidades legais por danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da DETENTORA/CONTRATADA, seja por atos de seus profissionais ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito do CONTRATANTE de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim.
- 15.22.** Garantir, quando couber, que, na ocorrência de mudança de local antes do início da instalação dos equipamentos, ficará obrigada a executá-los nos novos endereços, desde que estes se localizem dentro da área do município em que se localiza o endereço original ou em outras áreas de cobertura obrigatória previstas na Ata de Registro de Preços.
- 15.23.** Manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do CONTRATANTE.
- 15.24.** Assinar o Termo de Confidencialidade constante do **ANEXO III**, respondendo civil e criminalmente por qualquer violação do referido termo.
- 15.25.** Refazer de imediato, às suas expensas, qualquer trabalho inadequadamente executado e/ou recusado pela CONTRATANTE, sem que isso represente custo adicional.
- 15.26.** Instalar os equipamentos em locais onde não haja interferências climáticas, não devendo ser instalado onde possa ficar exposto às intempéries.
- 15.27.** Entregar quaisquer materiais necessários para a instalação dos equipamentos devidamente embalados e identificados, assinalando-se na embalagem a marca e as demais características que os identifique e qualifique. Não serão aceitos materiais cujas embalagens apresentem sinais de violação.
- 15.28.** Todas as vistorias ou visitas necessárias para a execução do objeto do contrato deverão ser previamente agendadas junto aos responsáveis pelas Administrações Prediais. Deve ser informado os nomes e documentos de identificação dos profissionais que realizarão visitas aos locais, sob pena de se lhes ser vedado o ingresso.

16. MATRIZ DE ALOCAÇÃO DE RISCO (arts. 22 e 103 da Lei nº 14.133/2021)

Não se fez necessária a elaboração de uma matriz de alocação de riscos, uma vez que não se trata de contratação de obras ou serviços de grande vulto.

ANEXO I. A - LOCAIS DE ENTREGA

RAJ	Comarca	Denominação do imóvel	Endereço	Administrador / Contato	E-mail da Administração	Telefone
RAJ 1	Barueri	Barueri I - Fórum Principal	Rua Desembargador Celso Luiz Limongi, 84	EDNEIDE CRISTINA SIMOES	barueriadm@tjsp.jus.br	(11) 4635-5261
RAJ 1	Carapicuíba	Carapicuíba I - Fórum Principal	Avenida Des. Eduardo Cunha de Abreu, 215	CLOVIS ROGERIO MENDONCA DUARTE	carapicuibadm@tjsp.jus.br	(11) 4506-1792
RAJ 1	Cotia	Cotia I - Fórum Principal	Rua Topázio, 585	DANILO JORGE DOMINGUES	cotiaadm@tjsp.jus.br	(11) 4506-1233
RAJ 1	Diadema	Diadema I - Fórum Cível	Av. Sete de Setembro, 409/413	GEOVANI APARECIDA LANZA	diademaadm@tjsp.jus.br	(11) 2763-8688
RAJ 1	Diadema	Diadema II - Fórum Criminal	Avenida Sete de Setembro, 399	GEOVANI APARECIDA LANZA	diademaadm@tjsp.jus.br	(11) 2763-8688
RAJ 1	Embu das Artes	Embu das Artes I - Fórum Principal	Avenida Vereador Jorge de Souza, 855	LENICE SOARES MENEZES	embuadm@tjsp.jus.br	(11) 4506-1838
RAJ 1	Ferraz de Vasconcelos	Ferraz de Vasconcelos I - Fórum Principal	Rua Santos Dumont, 1535	MAURICIO DONIZETI FREIRE DOS SANTOS	ferrazadm@tjsp.jus.br	(11) 4506-1454
RAJ 1	Guarulhos	Guarulhos I - Fórum Criminal	Rua José Maurício, 103	EDUARDO OTACIANO DA CRUZ	guarulhosadm@tjsp.jus.br	(11) 2845-9205
RAJ 1	Guarulhos	Guarulhos II - Fórum Cível	Rua dos Crisântemos, 29	EDUARDO OTACIANO DA CRUZ	guarulhosadm@tjsp.jus.br	(11) 2845-9205
RAJ 1	Itapeverica da Serra	Itapeverica da Serra I - Fórum Principal	Rua Major Matheus Rotger Domingues, 155	MARCIA IZAIAS DOS SANTOS	itapevericaadm@tjsp.jus.br	(11) 4635-5802
RAJ 1	Itapeví	Itapeví I - Fórum Principal	Rua Vereador Dr. Cid Manoel de Oliveira, 405	MARCELO ALONSO MAGALHAES	itapeviadm@tjsp.jus.br	(11) 4322-9321
RAJ 1	Itaquaquecetuba	Itaquaquecetuba I - Fórum Principal	Rodovia Alberto Hinoto, 1170	DIEGO GOMES CRIPPA	itaquaquetubadm@tjsp.jus.br	(11) 2711-1213
RAJ 1	Mauá	Mauá I - Fórum Principal	Avenida João Ramalho, 111	JOSE ODICELIO TELES RAMOS	mauaadm@tjsp.jus.br	(11) 2388-6604
RAJ 1	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes I - Fórum Principal	Avenida Cândido Xavier de Almeida Souza, 159	AYRTON RODRIGUES DE SOUSA	mogicruzesadm@tjsp.jus.br	(11) 2823-8206
RAJ 1	Mogi das Cruzes	Mogi das Cruzes II - Fórum Criminal	Av. Valentina Mello Freire Borenstein, 331	AYRTON RODRIGUES DE SOUSA	mogicruzesadm@tjsp.jus.br	(11) 2823-8109
RAJ 1	Osasco	Osasco I - Fórum Principal	Avenida das Flores, 703	MAISA ANDRADE	osascoadm@t.jus.br	(11) 2838-7580
RAJ 1	Osasco	Osasco VI - Fórum Principal	Rua Flor de Liz, 75	MAISA ANDRADE	osascoadm@tjsp.jus.br	(11) 2838-7580
RAJ 1	Santana de Parnaíba	Santana de Parnaíba I - Fórum Principal	Rua Professor Eugênio Teani, 215	RENATA DEL NEGRO	santanaprb@tjsp.jus.br	(11) 4322-9835
RAJ 1	Santo André	Santo André I - Fórum Principal	Praça IV Centenário, 03	DANIELA SAUTER	santoandreadm@tjsp.jus.br	(11) 4573-3247
RAJ 1	São Bernardo do Campo	São Bernardo do Campo I - Fórum Principal	Rua 23 de Maio, 107	SILVANA GONZALEZ RODRIGUES	saobernardoadm@tjsp.jus.br	(11) 2845-9567
RAJ 1	São Caetano do Sul	São Caetano do Sul I - Fórum Principal	Praça Dr. Joviano Pacheco de Aguirre, s/n	VANESSA CRISTINA GALHEIRA	saocaetanoadm@tjsp.jus.br	(11) 3489-2506
RAJ 1	São Paulo	Consolação EPM	Rua da Consolação, 1483	MARIA JOSE ALVES CAVALCANTI	admconsolacao@tjsp.jus.br	(11) 2711-1665
RAJ 1	São Paulo	Fórum Central - João Mendes Júnior	Praça João Mendes, s/n	WAGNER TADEU DO AMARAL JUNIOR	admjoaomendes@tjsp.jus.br	(11) 3538-9463
RAJ 1	São Paulo	Fórum Criminal - Complexo Judiciário Ministro Mário Guimarães	Avenida Doutor Abraão Ribeiro, 313	DANIELA LOURENCO VIEIRA	admfmngm@tjsp.jus.br	(11) 2868-7262
RAJ 1	São Paulo	Fórum Execuções Fiscais - Prédio I	Praça Almeida Júnior, 35	ANA CARMEN VICTALLE SEIXAS	admexecucoesfiscais@tjsp.jus.br	(11) 2833-1832
RAJ 1	São Paulo	Fórum Execuções Fiscais - Prédio II	Praça Almeida Júnior, 72	ANA CARMEN VICTALLE SEIXAS	admexecucoesfiscais@tjsp.jus.br	(11) 2833-1832
RAJ 1	São Paulo	Fórum Fazenda Pública - Hely Lopes Meirelles	Viaduto Dona Paulina, 80	NEUZA APARECIDA BIZOTTO	admhelylopes@tjsp.jus.br	(11) 3489-6509
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional I - Santana	Avenida Engenheiro Caetano Álvares, 594	SELMA FIORINI MARINO	admfrsantana@tjsp.jus.br	(11) 3489-4257
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional II - Santo Amaro - Adolfo Pinheiro	Avenida Adolfo Pinheiro, 1992	MARCELO COSTA DE SOUZA	admfrsantoamaro@tjsp.jus.br	(11) 3246-9431
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional II - Santo Amaro - Alexandre Dumas	Rua Alexandre Dumas, 206	MARCELO COSTA DE SOUZA	admfrsantoamaro@tjsp.jus.br	(11) 3246-9431
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional II - Santo Amaro - Nações Unidas	Avenida das Nações Unidas, 22.939	MARCELO COSTA DE SOUZA	admfrsantoamaro@tjsp.jus.br	(11) 4322-9169
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional III - Jabaquara - Afonso Celso - Bloco II	Rua Afonso Celso, 1065	MIRIAM GOMES DA SILVA FARIAS	admfrjabaquara@tjsp.jus.br	(11) 5549-7698
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional III - Jabaquara - Joel Jorge de Melo - Bloco I	Rua Joel Jorge de Melo, 424	MIRIAM GOMES DA SILVA FARIAS	admfrjabaquara@tjsp.jus.br	(11) 3489-4054
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional IV - Lapa	Rua Clemente Álvares, 100	SERGIO QUADROS	admfrlapa@tjsp.jus.br	(11) 2868-6871
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional IX - Vila Prudente	Avenida Sapopemba, 3740	MARLEY CRISTINA SCAPATICI	admfrvlpudente@tjsp.jus.br	(11) 3489-4706
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional V - São Miguel Paulista	Avenida Afonso Lopes de Baião, 1736	FERNANDA CRIVARO CUSTODIO	admfrsaomiguel@tjsp.jus.br	(11) 2763-1433
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional VI - Penha de França	Rua Doutor João Ribeiro, 433	ARCANGELO DONIZETE BATISTA	admfrpenha@tjsp.jus.br	(11) 4635-8511
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional VII - Itaquera	Avenida Pires do Rio, 3915	PAULO ROGERIO GROKOWSKI GUEDES	robsonandrade@tjsp.jus.br	(11) 3489-2234
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional VIII - Tatuapé	Rua Santa Maria, 257	MARISOL NIETO DIAZ	admfrtatuape@tjsp.jus.br	(11) 3489-4801
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional X - Ipiranga	Rua Agostinho Gomes, 1455	ARTHUR CERVANTES OROSCO	admfrpiranga@tjsp.jus.br	(11) 3489-2841
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional XI - Pinheiros	Rua Jericó, s/nº	MARCIA MARIA CORNACHIONI	admfrpinheiros@tjsp.jus.br	(11) 3489-3607
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional XII - Nossa Senhora do Ó	Rua Tomás Ramos Jordão, 101	FABIO LEITE DE ARAUJO	admfrsenhoradoo@tjsp.jus.br	(11) 3405-7541
RAJ 1	São Paulo	Fórum Regional XV - Butantã	Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 148/150	MARIA CRISTINA BERNARDES	butantaadm@tjsp.jus.br	(11) 4503-9404
RAJ 1	São Paulo	GADE I - Conselheiro Furtado 669	Rua Conselheiro Furtado, 669	KATIA DE MELO XAVIER DE ARAUJO	admgaedefurtado1@tjsp.jus.br	(11) 2827-8701
RAJ 1	São Paulo	GADE II - Conselheiro Furtado 705	Rua Conselheiro Furtado, 705	KATIA DE MELO XAVIER DE ARAUJO	admgaedefurtado1@tjsp.jus.br	(11) 2844-1302
RAJ 1	São Paulo	GADE IV - 23 de Maio	Rua Conde de Sarzedas, 38	DENISE MONTEIRO STAUB MEDAGLIA	gade23demaio@tjsp.jus.br	(11) 2526-7438
RAJ 1	São Paulo	GADE V - 9 de Julho	Rua Conde de Sarzedas, 62/100	IZABEL CRISTINA MORALES	admgade9dejulho@tjsp.jus.br	(11) 4635-9289

RAJ	Comarca	Denominação do imóvel	Endereço	Administrador / Contato	E-mail da Administração	Telefone
RAJ 1	São Paulo	GADE VI - MMDC	Avenida Ipiranga, 165	MARIA FERNANDA NOGUEIRA DE OLIVEIRA	admgademmdc@tjsp.jus.br	(11) 3489-5681
RAJ 1	São Paulo	Grupos e Câmaras III - Rua da Glória	Rua da Glória, 459	RONÉ ALVES	admgloria@tjsp.jus.br	(11) 2838-4882
RAJ 1	São Paulo	Grupos e Câmaras IV - Páteo do Colégio	Largo Páteo do Colégio, 73	MARIA LUIZA DABUL GOMES SILVA	admpatiocolégio@tjsp.jus.br	(11) 3489-3872
RAJ 1	São Paulo	Palácio da Justiça	Praça da Sé, s/n	PAULO ROGERIO ROSA MILANIN	admpalaciojustica@tjsp.jus.br	(11) 4802-9490
RAJ 1	São Paulo	Unidade(s) Administrativa(s) I - Praça do Patriarca	Rua Direita 250/256	ALESSANDRA DE OLIVEIRA PALOPOLI PREMIERO	Admpatriarca@tjsp.jus.br	(11) 4635-6401
RAJ 1	São Paulo	Unidade(s) administrativa(s) IV - Ipiranga	Rua dos Sorocabanos, 608	JULIANO DIAS BARBOSA	admcomplexoipiranga@tjsp.jus.br	(11) 2711-7650
RAJ 1	Suzano	Suzano I - Fórum Principal	Avenida Paulo Portela, s/n	NEILO WALTER DOS SANTOS	suzanoadm@tjsp.jus.br	(11) 3489-2425
RAJ 1	Taboão da Serra	Taboão da Serra I - Fórum Principal	Rua Mario Latorre, 96	RICARDO LOPES FREIRE	taboaoadm@tjsp.jus.br	(11) 2844-1031
RAJ 10	Indaiatuba	Indaiatuba I - Fórum Principal	Rua Ademar de Barros, 774	SILVIA HARUMI MINAMIOKA	indaiatubaadm@tjsp.jus.br	(19) 3309-2727
RAJ 10	Itapetininga	Itapetininga I - Fórum Principal	Praça Três Poderes, s/n	ALINE LUCIA AMERICO GAIOTTO	itapetiningaadm@tjsp.jus.br	(15) 3511-2929
RAJ 10	Itapetininga	Itapetininga II - Fórum Criminal	Avenida Peixoto Gomide, s/n	ALINE LUCIA AMERICO GAIOTTO	itapetiningaadm@tjsp.jus.br	(15) 3511-2413
RAJ 10	Itapeva	Itapeva I - Fórum Principal	Avenida Dona Paulina de Moraes, 444	RUTE HELENA PENTEADO CAMPOS	itapevaadm@tjsp.jus.br	(15) 2153-1803
RAJ 10	Itu	Itu I - Fórum Principal	Rua Luiz Bolognesi, s/n	MAURICIO ERMANI RIBEIRO DA SILVA	ituadm@tjsp.jus.br	(11) 2550-5375
RAJ 10	Sorocaba	Sorocaba I - Fórum Principal	Rua Vinte e Oito de Outubro, 691	SORAIA SILVEIRA BITTAR	sorocabaadm@tjsp.jus.br	(15) 2102-8400
RAJ 10	Tatuí	Tatuí I - Fórum Principal	Avenida Virgínio Montezzo Filho, 2009	MONICA MARIA DE MORAES MONTEIRO	tatuiaadm@tjsp.jus.br	(15) 2102-5548
RAJ 2	Andradina	Andradina I - Fórum Principal	Rua Paes Leme, 2052	ANA CLAUDIA GARETI CARREIRA	andradinaadm@tjsp.jus.br	(18) 2122-2358
RAJ 2	Araçatuba	Araçatuba I - Fórum Principal	Praça Maurício Martins Leite, 60	VERA LUCIA PEDI AMORIM	aracatubaadm@tjsp.jus.br	(18) 2102-9548
RAJ 2	Jales	Jales I - Fórum Principal	Rua Nove, 2231	CLAUDIO TOSHIKI DOHO	jalesadm@tjsp.jus.br	(17) 2145-9126
RAJ 2	Lins	Lins I - Fórum Principal	Rua Gil Pimentel Moura, 51	EVERSON JOSEMIRO GONCALVES	linsadm@tjsp.jus.br	(14) 3511-1528
RAJ 3	Avaré	Avaré I - Fórum Principal	Rua Abílio Garcia, 527	LUCIANO ANTONIO VIEIRA DIAS	admavare@tjsp.jus.br	(14) 2122-5603
RAJ 3	Bauru	Bauru I - Fórum Principal	Rua Afonso Pena, 5-40	WAGNER FERREIRA MENINO	bauruadm@tjsp.jus.br	(11) 2106-5931
RAJ 3	Botucatu	Botucatu I - Fórum Principal	Praça Iole Dinucci Fernandes, s/n	ALESSANDRA CAMARGO STOCO BERTANI	botucatuadm@tjsp.jus.br	(14) 3112-2083
RAJ 3	Jaú	Jaú I - Fórum Principal	Avenida Rodolfo Magnani, s/n	DEBORA MARQUES CEZAR	jauadm@tjsp.jus.br	(14) 3411-1667
RAJ 3	Ourinhos	Ourinhos I - Fórum Principal	Rua dos Expedicionários, 1895	HELBER ROGERIO LORENZETTI	ourinhosadm@tjsp.jus.br	(14) 3512-3005
RAJ 4	Americana	Americana I - Fórum Principal	Avenida Brasil, 2669	JOAO GUILHERME ROSALEN	americanaadm@tjsp.jus.br	(19) 3309-2515
RAJ 4	Amparo	Amparo I - Fórum Principal	Praça Tenente José Ferraz de Oliveira, 55	CASSIO FERNANDES PACETTA	amparoadm@tjsp.jus.br	(19) 3938-6005
RAJ 4	Atibaia	Atibaia I - Fórum Principal	Rua Dr. Jose Roberto Paim, 99	ANA MARIA LEITE	atibaiaadm@tjsp.jus.br	(11) 3402-5532
RAJ 4	Bragança Paulista	Bragança Paulista I - Fórum Principal	Avenida dos Imigrantes, 1501	MARIA CELINA PORFIRIO MARQUES DAOLIO	bragancaadm@tjsp.jus.br	(11) 3404-5834
RAJ 4	Campinas	Campinas II - Fórum Principal (Cidade Judiciária)	Avenida Francisco Xavier de Arruda Camargo, 300	LAURA JANE DE FREITAS NUNES TIMOTEO	campinasadm@tjsp.jus.br	(19) 2101-3102
RAJ 4	Campinas	Campinas V - Fórum Regional Vila Mimosa	Rua Dionísio Cazotti, 719	LEIA MARCIA GAVA CARDOZO	vimimosaadm@tjsp.jus.br	(19) 2101-9003
RAJ 4	Francisco Morato	Francisco Morato I - Fórum Principal	Rua João Mendes Júnior, 626	APARECIDA FARIAS NUNES	francmoratoadm@tjsp.jus.br	(11) 4506-1539
RAJ 4	Franco da Rocha	Franco da Rocha I - Fórum Principal	Praça Ministro Nelson Hungria, 01	RENATA DE OLIVEIRA SILVA GARBELLINI	francorochaadm@tjsp.jus.br	(11) 4322-9438
RAJ 4	Hortolândia	Hortolândia I - Fórum Principal	Rua Ímola, 75	GILSON LUIS DE SOUZA	hortolandiaadm@tjsp.jus.br	(19) 3309-4767
RAJ 4	Jundiaí	Jundiaí I - Fórum Principal	Largo São Bento, s/n	RENATO RUPPERT	jundiaiaadm@tjsp.jus.br	(11) 2136-6210
RAJ 4	Limeira	Limeira I - Fórum Cível	Via Antônio Cruães Filho, 300	LONY ANGELO MUNETAKA SHINYA	limeiraadm@tjsp.jus.br	(19) 2113-3051
RAJ 4	Limeira	Limeira II - Fórum Criminal	Rua da Boa Morte, 661	LONY ANGELO MUNETAKA SHINYA	limeiraadm@tjsp.jus.br	(19) 2113-4801
RAJ 4	Mogi Guaçu	Mogi Guaçu I - Fórum Principal	Rua José Colombo, 45	SANDRA MARIA RICCI RODRIGUES	mojiguacuadm@tjsp.jus.br	(19) 3019-2757
RAJ 4	Mogi Mirim	Mogi Mirim I - Fórum Principal	Rua Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno, 60	ROSELI TEIXEIRA DA FONSECA SAKOMOTO	mojimirimadm@tjsp.jus.br	(19) 3022-7971
RAJ 4	Piracicaba	Piracicaba I - Fórum Principal	Rua Bernardino de Campos, 55	LUIS PAULO COELHO	piracicabaadm@tjsp.jus.br	(19) 3372-3013
RAJ 4	Pirassununga	Pirassununga I - Fórum Principal	Rua José Bonifácio, 70	MARILDA APARECIDA PUGINE FANTINATO	pirassunungaadm@tjsp.jus.br	(19) 2134-5720
RAJ 4	Rio Claro	Rio Claro I - Fórum Cível	Avenida 5, 535	MAURICIO VALERIO	rioclaroadm@tjsp.jus.br	(19) 3531-6127
RAJ 4	Rio Claro	Rio Claro VII - Fórum Criminal	Avenida Ulysses Guimarães, 2.800	MAURICIO VALERIO	rioclaroadm@tjsp.jus.br	(19) 2112-6829
RAJ 4	Santa Bárbara d'Oeste	Santa Bárbara d'Oeste I - Fórum Principal	Praça Dona Carolina, 40	NILTON BATISTA	santabarbaraadm@tjsp.jus.br	(19) 3026-8332
RAJ 4	São João da Boa Vista	São João da Boa Vista I - Fórum Principal	Avenida Doutor Octávio da Silva Bastos, 2150	MARCIA APARECIDA ALBINO	saojoaoadm@tjsp.jus.br	(19) 3366-2600
RAJ 4	Sumaré	Sumaré I - Fórum Principal	Rua Antônio de Carvalho, 170	GILBERTO MENDES BARBOSA	sumareadm@tjsp.jus.br	(19) 3309-2648
RAJ 5	Assis	Assis I - Fórum Principal	Rua Dr. Lício Brandão de Camargo, 50	ALEXANDRA APARECIDA CHACON DORIGHELI	assisadm@tjsp.jus.br	(18) 3402-1585
RAJ 5	Marília	Marília I - Fórum Principal	Rua Lourival Freire, 120	MARCIO AUGUSTO DA SILVA	mariliaadm@tjsp.jus.br	(14) 3311-1143

RAJ	Comarca	Denominação do imóvel	Endereço	Administrador / Contato	E-mail da Administração	Telefone
RAJ 5	Presidente Prudente	Presidente Prudente I - Fórum Principal	Avenida Coronel José Soares Marcondes, 2201	JULIANO ROBERTO TURATO	prudenteadm@tjsp.jus.br	(18) 3311-2406
RAJ 5	Tupã	Tupã I - Fórum Principal	Rua Colômbia, 200	ANDRE LUIS SANCHES	tupaadm@tjsp.jus.br	(14) 3722-2209
RAJ 6	Araraquara	Araraquara I - Fórum Principal	Rua dos Libaneses, 1998	SANDRA ROSANA GALHARDO MARTINS	araraquaraadm@tjsp.jus.br	(16) 2108-1167
RAJ 6	Batatais	Batatais I - Fórum Principal	Praça Dr. José Arantes Junqueira, 01	ANGELA MARIA SAIA BRADASCHIA	batataisadm@tjsp.jus.br	(16) 2110-1816
RAJ 6	Franca	Franca I - Fórum Principal	Avenida Presidente Vargas, 2650	NEIO LUCIO GOMES MARANHA	francaadm@tjsp.jus.br	(16) 2103-9144
RAJ 6	Jaboticabal	Jaboticabal I - Fórum Principal	Praça do Café, 300	AERCIO FRANCISCO FALCHETTI	jaboticabaladm@tjsp.jus.br	(16) 2141-9101
RAJ 6	Ribeirão Preto	Ribeirão Preto I - Fórum Principal	Rua Alice Alem Saadi, 1010	SUELI GARCIA CAMPOS	ribeiraopretoadm@tjsp.jus.br	(16) 3238-8028
RAJ 6	São Carlos	São Carlos I - Fórum Criminal	Rua Conde do Pinhal, 1959	JULIO CEZAR CARIZANI	saocarlosadm@tjsp.jus.br	(16) 2107-2420
RAJ 6	São Carlos	São Carlos II - Fórum Cível	Rua Sorbone, 375	JULIO CEZAR CARIZANI	saocarlosadm@tjsp.jus.br	(16) 2106-8911
RAJ 6	Sertãozinho	Sertãozinho I - Fórum Principal	Avenida Pedro Strini, 71	EDIR APARECIDA GONZALES MERLIN	sertaozinhoadm@tjsp.jus.br	(16) 3521-1554
RAJ 7	Guarujá	Guarujá I - Fórum Principal	Rua Silvio Daige, 280	DANIELLA MALVAR DE AZEVEDO MATOS	dmalvar@tjsp.jus.br	(13) 3346-4801
RAJ 7	Itanhaém	Itanhaém I - Fórum Principal	Avenida Rui Barbosa, 867	MAGALI CARNEIRO DIOGO	itanhaemadm@tjsp.jus.br	(13) 2104-4156
RAJ 7	Praia Grande	Praia Grande I - Fórum Principal	Avenida Doutor Roberto de Almeida Vinhas, 9101	ANTONILDA ARAUJO DA COSTA	praiaagdeadm@tjsp.jus.br	(13) 3481-7889
RAJ 7	Registro	Registro I - Fórum Principal	Rua Jerônimo Monteiro Lopes, 93	SANDRA REGINA PEREIRA JEREMIAS	registroadm@tjsp.jus.br	(13) 2130-5922
RAJ 7	Santos	Santos I - Fórum Principal	Praça Patriarca José Bonifácio, s/n	LENI VASCONCELOS DA SILVA VITOR	admsantos@tjsp.jus.br	(13) 3346-5782
RAJ 7	Santos	Santos II - Fórum Cível	Rua Bittencourt, 144	LENI VASCONCELOS DA SILVA VITOR	admsantos@tjsp.jus.br	(13) 3346-8891
RAJ 7	São Vicente	São Vicente I - Fórum Principal	Rua Jacob Emmerich, 1367	SOLANGE MARTINS DE OLIVEIRA FERNANDES	saovicenteadm@tjsp.jus.br	(13) 2102-6440
RAJ 8	Barretos	Barretos I - Fórum Principal	Avenida Centenário da Abolição, 1500	MARGARETH DE CASSIA BUENO VEDOVATO	barretosadm@tjsp.jus.br	(17) 3043-9133
RAJ 8	Catanduva	Catanduva I - Fórum Principal	Parque da Américas, 55	MARIA SOLANGE BORGHI AFFONSO	catanduvaadm@tjsp.jus.br	(17) 3311-4400
RAJ 8	Fernandópolis	Fernandópolis I - Fórum Principal	Rua Raul Gonçalves Júnior, 850	PEDRO JOSE DOS REIS	fernandopolisadm@tjsp.jus.br	(17) 2144-1601
RAJ 8	São José do Rio Preto	São José do Rio Preto I - Fórum Principal	Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 3036	ANA MARIA DE FREITAS NATAL	riopretoadm@tjsp.jus.br	(17) 3354-2607
RAJ 8	São José do Rio Preto	São José do Rio Preto II - Fórum Cível	Rua Abdo Muanis, 991	ANA MARIA DE FREITAS NATAL	riopretoadm@tjsp.jus.br	(17) 2137-3782
RAJ 8	Votuporanga	Votuporanga I - Fórum Principal	Rua Espírito Santo, 2497	NELMA RITA DO VALLE SILVA	votuporangaadm@tjsp.jus.br	(17) 2101-1127
RAJ 9	Caraguatatuba	Caraguatatuba I - Fórum Principal	Praça Dr. José Rebelo da Cunha, 73	EMERSON DE CARVALHO KOCIS	caraguaadm@tjsp.jus.br	(12) 3203-1904
RAJ 9	Caraguatatuba	Caraguatatuba VI - Fórum Principal	Avenida Rio Grande do Sul 1815 - Indaia - Caraguatatuba / SP	EMERSON DE CARVALHO KOCIS	caraguaadm@tjsp.jus.br	(12) 3203-1904
RAJ 9	Guaratinguetá	Guaratinguetá I - Fórum Principal	Avenida Dr. Ariberto Pereira da Cunha, 280	PAULO RONE ZAMPIERI	guaratadm@tjp.jus.br	(12) 2124-9688
RAJ 9	Jacareí	Jacareí I - Fórum Principal	Praça dos Três Poderes, s/n	NELSON INACIO GAZOLLA DA SILVA	jacareiadm@tjsp.jus.br	(12) 2127-8901
RAJ 9	Pindamonhangaba	Pindamonhangaba I - Fórum Principal	Rua Alcides Ramos Nogueira, 780	ANDREIA PAULA DE SOUZA	pindaadm@tjsp.jus.br	(12) 2126-5215
RAJ 9	São José dos Campos	São José dos Campos I - Fórum Principal	Avenida Salmão, 678	LUCELLI MISSAE KAWASAKI FUSSIA	sjcamposadm@tjsp.jus.br	(12) 3205-1705
RAJ 9	Taubaté	Taubaté I - Fórum Criminal	Praça Monsenhor Silva Barros, 57	ELAINE CRISTINA TEIXEIRA GAROFE	taubateadm@tjsp.jus.br	(12) 2124-9105
RAJ 9	Taubaté	Taubaté II - Fórum Cível	Rua José Licurgo Indiani, 215	ELAINE CRISTINA TEIXEIRA GAROFE	taubateadm@tjsp.jus.br	(12) 2124-9851

ANEXO I. B - PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

LICITANTE:

Lote Único					Redução entre os Lances do Valor Unitário (R\$)
Item	Descrição do Item	Valor Unitário	Qtde	Valor Total	
1	Detector de metais, tipo portal, interno - incluso serviço de instalação e treinamento.	R\$ -	52	R\$ -	10,00
		TOTAL		R\$ -	

ANEXO II DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Rua Direita, 250 - 23º andar - Sé
São Paulo - Capital

REFERÊNCIAS:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Processo: 2026/016712
Pregão Eletrônico nº: 90052/2026
Tipo: Menor Preço
Data da Abertura da Sessão Pública: 11/06/2026 - **Horário:** 11:00

[razão social], CNPJ nº [número do CNPJ], endereço [endereço completo], por seu/sua representante legal, [nome do(a) representante], CPF nº [número do CPF], para todos os fins legais estabelecidos para fins da presente licitação, declaro que a empresa:

- 1) atende em sua integralidade o disposto na Lei nº 10.097/2000 (*Lei do Aprendiz*).
- 2) atende aos requisitos de habilitação, sendo que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas (*inc. I, art. 63, da Lei nº 14.133/2021*).
- 3) estar enquadrada como:
 - ☐ Microempresa (ME);
 - ☐ Empresa de pequeno porte (EPP);
 - ☐ Sociedade cooperativa;
 - ☐ Outras.
- 4) inexistem em seu quadro societário ou cônjuges, de parentesco em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, com membros ou juízes vinculados ao TJSP, ou servidor investido em cargo de direção e de assessoramento.
- 5) atende às normas relativas à saúde e segurança do trabalho, em virtude das disposições do parágrafo único, art. 117, da Constituição do Estado de São Paulo.

- 6) possui ou providenciará a abertura de conta corrente no Banco do Brasil, antes da assinatura do contrato ou emissão da Nota de Empenho, para realização do pagamento, nos termos do art. 1º do Decreto Estadual nº 62.867/2017.

Local e data

Assinatura do Representante Legal



OBSERVAÇÃO: esta declaração deverá ser enviada por meio eletrônico, nos termos do subitem 6.7.8.1 do Edital, quando solicitada pelo(a) pregoeiro(a) e apenas para a vencedora da licitação.

ANEXO III

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/_____

O presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS rege a divulgação de informações entre a EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, _____, estabelecida(o) a _____, Município _____, inscrita(o) no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ/MF sob nº _____, neste ato representada(o) por _____ ao final assinado, e o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede na Praça da Sé s/nº, Centro, São Paulo, SP, CEP 01018-010, inscrito no CNPJ/MF sob nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado TJSP, neste ato, por seu representante legal ao final assinalado, o qual, a partir do reconhecimento deste ato, dá conhecimento e estabelece as regras de confidencialidade e de proteção de dados a serem observadas pelas partes:

1. A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE DECLARA e compromete-se:
 - a) A cumprir rigorosamente as normas regulamentares sobre a utilização dos meios e infraestrutura, bem como as diretrizes estipuladas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), mantendo a confidencialidade em relação a toda a documentação e à coleta de dados pessoais (sensíveis ou não) indispensáveis à prestação do serviço, se houver. Os dados assim coletados, bem como os dados pessoais sensíveis, somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados nesta ata de registro de preços, conforme disposto, respectivamente, nos artigos 8º, § 1º e art. 11, incisos I e II, da LGPD, qual seja (especificar) _____ e, em hipótese alguma poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins. Não haverá a possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades (inciso I do art. 6º da LGPD), bem como serão consideradas nulas as autorizações genéricas (§ 4º do art. 8º da Lei nº 13.709, 2018). A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, nos termos do art. 7º, § 5º, da LGPD, obriga-se a obter o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a disponibilização dos dados ao TJSP assim o requerer. Em se tratando de dados disponibilizados pelo TJSP à EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE, o Tribunal obterá o consentimento do(s) respectivo(s) titular(es), sempre que a lei assim o requerer, após solicitação da EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE;
 - b) A armazenar os dados obtidos em razão dessa ata de registro de preços em um banco de dados seguro, mantido em território nacional, com transparente identificação do perfil dos credenciados, garantindo-se a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer tempo, de desvios e falhas, vedado seu compartilhamento com terceiros;

- c) Não divulgar as informações obtidas nas atividades exercidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, exceto quando expressamente autorizada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
 - d) Não permitir que qualquer pessoa manuseie qualquer documento físico ou eletrônico que componha ou tenha resultado de atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), exceto se devidamente autorizada;
 - e) Não explorar, em benefício próprio ou de terceiros, informações e documentos adquiridos através da participação em atividades do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP);
2. DECLARA AINDA CIÊNCIA de que:
- f) Qualquer divulgação oral ou eletrônica, que acompanhe a informação escrita, também será considerada Informação Confidencial. Se a informação for divulgada oral ou eletronicamente sem documentação escrita acompanhando, também será considerada Informação Confidencial, salvo manifestação expressa em contrário da Parte Divulgadora quando da divulgação;
 - g) Dará conhecimento formal aos seus empregados, representantes, prepostos, consultores ou qualquer terceiro que tenha conhecimento da presente contratação, das obrigações e condições acordadas neste item, bem como da Política de Privacidade do TJSP, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais (sensíveis ou não) de que trata a presente cláusula, responsabilizando-se por toda e qualquer operação realizada em desacordo com a Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
 - h) As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade, de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, inerentes ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais. Ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), por sua vez, é reservada a prerrogativa de monitorar e auditar quaisquer atividades que envolvam dados ou informações cuja perda ou vazamento possa trazer graves implicações ao Tribunal de Justiça ou consequências administrativas, civis ou criminais aos responsáveis por sua violação, notadamente por meio do representante especialmente designado, a que se refere o art. 117 da Lei 14.133/2021 (Licitações e Contratos Administrativos);
 - i) Encerrada a vigência da ata de registro de preços ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE providenciará seu descarte de forma segura, comunicando o TJSP;

- j) A EMPRESA DETENTORA DA ATA/ADERENTE deverá comunicar ao TJSP, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais sensíveis ou não, a fim de viabilizar a adoção das providências devidas;
- k) As partes se comprometem a adotar as melhores práticas de Proteção de Dados, conforme Lei nº 13.709/2018 e/ou outros normativos que venham a entrar em vigor sobre proteção de dados;
- l) O TJSP deverá, considerando os meios tecnológicos disponíveis e adequados às suas atividades, a natureza dos dados armazenados e os riscos a que estão expostos, adotar medidas físicas e lógicas, de caráter técnico e organizacional, a fim de prover a confidencialidade e a segurança de seus dados, evitar sua alteração, perda, subtração ou acesso não autorizado, bem como a violação da privacidade dos sujeitos titulares dos dados;
- m) O descumprimento das obrigações relacionadas à confidencialidade e à segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos, sem prejuízo das sanções estabelecidas, na presente ata de registro de preços. Desse modo, as partes responderão administrativa e judicialmente, e, em solidariedade com os agentes de tratamento, estes conceituados nos incisos VI, VII e VIII do art. 5ª da Lei nº 13.709/2018, em caso de causarem danos patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD, conforme previsto em seu art. 42, § 1º, inciso I;
- n) O presente Acordo somente poderá ser alterado mediante consentimento mútuo e Aditamento por escrito, assinado por ambas as partes. As obrigações de confidencialidade contidas no presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS se perpetuarão por tempo indeterminado, independente do término da vigência da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
(Assinado Digitalmente)

EMPRESA DETENTORA DA ATA
(Assinado Digitalmente)

EMPRESA ADERENTE
(Assinado Digitalmente)

Catálogo - Itens selecionados

Sequencial	ID	Nome	Tipo	Unidade Medida	NCM/NBS	Margem Preferencia
1	248429	Portal Detector Metal Material Estrutura: Aço Carbono, Material Revestimento: Pintura Em Epóxi, Tipo Controle: À Distância, Tipo: Básico, Alimentação: 110/220V, Tipo Alarme: Visual E Sonoro, Altura: 2.000MM, Largura: 700MM, Cor: Preta, Características Adicionais: Ajuste Volume/Frequência E No Break	MATERIAL	Unidade	85437099	true



ANEXO V

Relatório de Pesquisa de Preçosⁱ

Instrução Normativa TJSP nº 006/2024

Nº Processo: 2026/16712

1. Objeto (inc. I do art. 3º)

Contratação por registro de preço para eventual aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação.

2. Caracterização das fontes consultadas (inc. III do art. 3º)

Fonte	Descrição	Fls.
Banco de Preços (inc. I e II do art. 4º)	Plataforma contratada pelo TJSP para facilitar a pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública.	90-93
Compras.Gov (inc. I e II do art. 4º)	Ferramenta do Governo Federal que disponibiliza dados e informações de compras públicas.	94-95
PNCP (inc. I e II do art. 4º)	Portal Nacional de Contratações Públicas – sítio oficial em que estão publicadas as informações sobre as contratações públicas.	96-101
TJSP (inc. II do art. 4º)	Contratações similares do próprio Tribunal de Justiça.	Não se aplica
Mídia especializada (inc. III do art. 4º)	Pesquisa publicada em mídia especializada/tabela de referência.	Não se aplica
Pesquisa direta com fornecedor (inc. IV do art. 4º)	Pesquisa realizada com empresas no mercado privado.	Não se aplica
Base Nacional de Notas Fiscais (inc. V do art. 4º)	Pesquisa na base nacional de notas fiscais disponibilizada no Portal Nacional de Contratações Públicas.	Não se aplica

3. Série de preços coletados (inc. IV do art. 3º) e indicação clara do valor estimado (inc. VIII do art. 3º)

Item	Código/ALX	Descrição	Qtde.	Preço de Referência	
				unitário	total
1	45.0184	Aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação.	52	33.552,73	1.744.741,96

Os documentos que deram suporte aos preços estão instruídos às folhas 90-101.

O valor total de referência para a contratação é de R\$ 1.744.741,96.

4. Justificativa para a utilização, isolada ou combinada, dos parâmetros de pesquisa (inc. V do art. 3º) e inc. I

e II do art. 4º)

Como parâmetros de pesquisa foram utilizadas fontes correlatas ao inciso I do art. 4º, resultado de consultas de outras licitações registradas em plataformas do Banco de Preços, Compras.Gov. Br e Portal Nacional de Contratações Públicas, páginas 90-101.

5. Método estatístico aplicado para a definição do valor estimado (inc. VI, art. 3º)

A definição do valor estimado foi feita com base na média de preços obtidos em plataformas de pesquisa: Banco de Preços, Compras.Gov. Br e Portal Nacional de Contratações Públicas.

6. Justificativa para metodologia aplicada (inc. VII do art. 3º)

Os resultados obtidos em registros das fontes de pesquisa relacionadas ao inciso I do artigo 4º, da IN 006/2024 foram suficientes para definição dos preços referenciais, que teve como base a média de preços resultantes de consultas às plataformas: Banco de Preços, Compras.Gov. Br e Portal Nacional de Contratações Públicas.

7. Justificativa para escolha dos fornecedores (inc. IX do art. 3º) e (inc. I do art. 4º)

Não houve pesquisa com fornecedores.

8. Servidores responsáveis (inc. II do art. 3º)

- Luan Marcel de Jesus Passos, matrícula: 375.932 – Escrevente Técnico Judiciário
- Guaraci da Silva Ferreira, matrícula: 361.736 – Chefe de Seção

9. Conclusão da pesquisa de preços realizada.

Trata-se de pesquisa realizada para contratação por registro de preços, para eventual aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar de páginas 12 a 27 e Termo de Referência atualizado, páginas 72 a 88.

Serviram de parâmetros de pesquisa, os resultados obtidos em consultas ao Banco de Preços, Compra.Gov.Br e Portal Nacional de Contratações Públicas, fontes correlatas ao inciso I do art. IV, da IN 006/2024, conforme documentado às páginas 90 a 101.

Para definição dos preços de referência, foi utilizada a média dos resultados obtidos nas consultas realizadas às plataformas citadas, conforme demonstrado no resultado da pesquisa, página 103.

Os códigos dos produtos cadastrados no catálogo Catmat constam relacionados no documento de página 102 e os registros do sistema SIAFISICO, no resultado de página 103.

Assim, encaminhamos para prosseguimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

■ SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E ABASTECIMENTO

Saab 5 - Diretoria de Licitações e Suprimentos

São Paulo, data registrada em sistema.

Guaraci da Silva Ferreira
Escrevente Téc. Judiciário
SAAB 5.2.2.2

Jacson Garcia de Sousa
Chefe de Seção
SAAB 5.2.2.2

Adriana A. M. Carvalhaes
Supervisora
SAAB 5.2.2



Fonte: [TJSP - Tribunal de Justiça de São Paulo](http://www.tjsp.jus.br)

**Nº do processo:** 2026/00016712**Nº compra:** 0023/2026**Critério de julgamento:** Provimento CSM nº 2724/2023**Composição do preço:** Não excluir valores**Objeto:** Registro de Preços para eventual aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação.**Condições de pagamento:****Garantia/validade mínima:****Validade da proposta:****Data da pesquisa:** 10/02/2026

Órgão	Setor origem	Nº pedido/ano	Classificação econômica
TJSP - Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo	SAAB 2.1.2 - Serviço de Planejamento de Bens e Serviços de Segurança	0000001/2026	Despesa

Empresas que apresentaram preços	CPF/CNPJ	Contato	Telefone	E-mail	Validade prop.	Data envio prop.
P001 - BANCO DE PREÇOS - COTAÇÃO DE PREÇOS						
P002 - Compras.gov.br						
P003 - PNCP						

Valores a licitar

Nº	Código	Descrição lote/ítem	Unid.	Qtde	Compras.gov	SIAFISICO	P001	P002	P003	Referência	Total
0001	45.0184	Detector de metais, tipo portal, interno	UNID	52		2325128	29.990,40	34.500,00	36.167,80	33.552,73	1.744.741,96
Valor total da proposta por participante:							1.559.500,80	1.794.000,00	1.880.725,60	33.552,73	1.744.741,96

Informações do contrato**Nº Pedido:** 0000001/2026**Tipo de contratação:** Licitação**Existe contrato vigente para o objeto:** Não**Objeto deste pedido está inserido na Proposta Orçamentária Setorial(POS) vigente?** Sim

ANEXO VI – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no CNPJ sob n.º 51.174.001/0001-93, isento de Inscrição Estadual, com sede no Palácio da Justiça, situado à Praça da Sé, s/nº - Centro – CEP 01018-010 – São Paulo – SP, neste ato representado pelo Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, o Excelentíssimo Desembargador, doravante designado **TJ/SP**, e a empresa abaixo relacionada, representada na forma de seu Estatuto Social, em ordem de preferência por classificação, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº XXX/2026 – Processo nº 2026/16712**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2.724/2023, Provimento nº 100/2024 e Instrução Normativa nº 17/2025-desta Corte, Resoluções do Conselho Nacional de Justiça nºs 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020 e 351/2020, além das regulamentações estaduais, bem como de toda a legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis, mediante condições e cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1- A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação, nos locais informados no item 7.1 do Anexo I, em **Lote Único**, em conformidade com os Anexos a seguir, que ficam fazendo parte integrante desta Ata:

- 1.1.1** - Anexo I - Termo de Referência;
- 1.1.2.** - Anexo I-A – Locais de Entrega
- 1.1.3.** - Anexo II – Proposta Comercial;
- 1.1.4** - Anexo III - Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados;
- 1.1.5** - Anexo IV – CatMat;
- 1.1.6** – Anexo V – Modelo Cadastro de Reserva
- 1.1.7** – Anexo VI – Minuta do Contrato

1.2 - Catálogo de Materiais (CatMat): Conforme Anexo IV.

1.3 - Fica vedada a adesão por órgãos não participantes à ata de registro de preços decorrente desta licitação, assim como participação de outros órgãos por meio de Intenção de Registro de Preços (IRP), uma vez que os produtos/serviços serão prestados/fornecidos exclusivamente para o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e órgão participante.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA UNIDADE GERENCIADORA

- 2.1-** Fica definida a **SAAB 2.1.2 – Serviço de Planejamento de Bens e Serviços de Segurança**, como a unidade gerenciadora do Registro de Preços, cabendo a ela a prática de todos os atos de controle e administração da ARP, bem como as solicitações para emissão dos Termos de Contrato, Anexo VI desta Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CONTROLE DOS TERMOS DE CONTRATO

- 3.1-** As solicitações de parcelas de fornecimento ficarão a cargo da **SAAB 2.1.2 – Serviço de Planejamento de Bens e Serviços de Segurança** e o controle e a elaboração dos Termos de Contrato a cargo da **SAAB 6.1.1.1 – Seção de Formalização de Contratos de Informática, Fornecimento e Registro de Preço**.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 4.1-** Os preços, as quantidades e os produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados no Anexo II – Proposta Comercial, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório.

Item	Código	Descrição	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	45.0184	Detector de metais, tipo portal, interno - incluso serviço de instalação e treinamento.	52		

Observação: As quantidades constantes desta Ata são estimativas, referindo-se a previsão de consumo para o período de 1 (um) ano de vigência.

CLÁUSULA QUINTA – DO CADASTRO DE RESERVA

- 5.1 -** Consta como Anexo V a esta Ata, o cadastro de reserva referente aos licitantes que:
- 5.1.1 -** Aceitaram cotar os bens, as obras ou os serviços em preços iguais aos do licitante vencedor, observada a ordem de classificação da licitação; e
 - 5.1.2 -** Dos licitantes que mantiveram sua proposta original.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

- 6.1-** O recebimento provisório e definitivo do objeto licitado deve ser realizado na forma do Art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos do Art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023;
- 6.2-** Os prazos e métodos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I – Termo de Referência;
- 6.3-** Na ausência de prazos no Anexo I, fica estabelecido que:

- 6.3.1-** O recebimento provisório será realizado em até 10 (dez) dias úteis; e
- 6.3.2-** O recebimento definitivo será realizado em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências estabelecidas na Ata e demais anexos.
- 6.4-** O recebimento provisório poderá ser dispensado, quando assim previsto no Anexo I – Termo de Referência.
- 6.5-** Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(a) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços.
- 6.6-** O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento, deverá ser efetuado com base no objeto licitado e nos produtos/serviços efetivamente entregues/prestados, cuja avaliação levará em conta aspectos qualitativos e quantitativos do objeto.
- 6.7-** Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços registrados, os seguintes aspectos:
- a)** a qualidade do material e dos produtos empregados;
 - b)** a presteza no atendimento das solicitações da Administração;
 - c)** o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas nesta Ata e demais anexos.
- 6.8-** Caso os materiais não sejam entregues nas formas previstas nos Anexos deste instrumento, a DETENTORA deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE RP

- 7.1-** A gestão e fiscalização será exercida no interesse exclusivo do TJ/SP, nos termos do capítulo IX, do Provimento CSM nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da DETENTORA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades conforme indicado no subtem 9.1 do Anexo I – Termo de Referência.
- 7.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização do recebimento do objeto, os servidores indicados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da E. Presidência deste Tribunal.
- 7.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o TJ/SP registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à DETENTORA para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 7.4-** O(a) Gestor(a) do Contrato, a cada seis meses contados da assinatura do contrato, solicitará a documentação de habilitação e qualificação, constantes do edital de licitação ou do aviso de contratação direta, a fim de verificar se a Contratada mantém as condições exigidas na contratação inicial.

- 7.5- A Diretoria de Auditoria Interna (DAI) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo poderá, a qualquer tempo, solicitar à empresa contratada seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

- 8.1- O prazo de vigência das atas de registro de preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Artigo 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA– DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1. O prazo para pagamento será em conformidade com o subitem 9.5 do **Anexo I – Termo de Referência**.
- 9.2. Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 9.3. O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a DETENTORA comprovar a regularização junto a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento.
- 9.4. Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento.
- 9.5. O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (DETENTORA) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 9.5.1. Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **item 9.2**.
- 9.5.2. A DETENTORA não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no quadro de dados da DETENTORA.
- 9.5.3. As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido no edital de licitação, na nota de empenho, na Ata de Registro de Preços e seus anexos ou

com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (DETENTORA) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **item 9.1** será interrompido.

9.5.4. A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares.

9.6. Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**.

9.6.1. Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br, NF- e ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br, Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica.

9.6.2. No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.

9.7. Será realizada a retenção de imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.

9.8. As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta das dotações orçamentárias específicas, consignadas no Orçamento para o presente exercício, classificação de despesa – Fonte

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 10.1-** Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas no Anexo I - Termo de Referência;
- 10.2-** Arcar com todos os ônus fiscais, previdenciários, sociais, trabalhistas e securitários, resultantes deste Registro de Preço, além de outros que, direta ou indiretamente, sob qualquer título ou fundamento, mantenham vinculação com a realização do fornecimento, objeto deste ajuste;
- 10.3-** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preço;
- 10.4-** Comunicar à Equipe de Gestão, com antecedência, caso ocorra qualquer fato que impossibilite o cumprimento das cláusulas deste instrumento e demais anexos dentro dos prazos previstos;
- 10.5-** Fornecer o objeto em condições adequadas de uso e nos prazos definidos;
- 10.6-** Efetuar as entregas até a capacidade de fornecimento declarada na Proposta (total registrado).

- 10.7-** Suportar as despesas inerentes à logística, transporte, tributos, seguros de equipamentos, materiais e pessoal, inclusive de hospedagem e alimentação se houver;
- 10.8-** Zelar para que seus(suas) representantes, que terão acesso ao local de entrega, estejam uniformizados e devidamente identificados;
- 10.9-** Substituir, às suas expensas, os materiais que apresentarem defeito, através de substituição por outro com características e qualidade igual ou superior, sem ônus ao **TJ/SP**, respeitadas as disposições da Lei nº 10.078/1990;
- 10.10-** Efetuar a reposição de qualquer material danificado durante o processo de logística e entrega, obedecendo sempre às especificações originais;
- 10.11-** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitados pelo **TJ/SP** ou por seus prepostos;
- 10.11.1.** Para cumprimento desse item, a DETENTORA deverá disponibilizar canal de atendimento via telefone ou por e-mail.
- 10.12-** Acompanhar o desenvolvimento da execução do serviço, corrigindo prontamente qualquer falha apresentada;
- 10.13-** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, nos termos do Inciso XVII, Artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 10.13.1** - Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos mencionada no item 10.13, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.
- 10.14-** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
- 10.14.1** - Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:
- 10.14.1.1** - sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 10.14.1.2** - sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e;
- 10.14.1.3** - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**
- 10.14.2-** Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o **subitem 10.14** e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o **subitem 10.14.1.**

10.15 -Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020

10.15.1 - O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos do art. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020;

10.15.2 - Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

10.15.2.1- Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

10.15.2.2- Nome da empresa contratada;

10.15.2.3- Descrição sucinta dos acontecimentos.

10.15.3 - A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br;

10.15.4- A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557;

10.15.5- Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO TJ/SP

11.1- Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

11.2- Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade no fornecimento dos produtos.

11.3- Prestar à DETENTORA todos os esclarecimentos necessários à execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

11.4- Supervisionar o desenvolvimento dos trabalhos, sem prejuízo das responsabilidades da DETENTORA;

11.5- Permitir amplo e livre acesso às localidades para entrega dos bens, observando as normas internas de segurança.

11.6- O **TJ/SP** terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO REAJUSTE

12.1- O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **10/02/2026**, data do orçamento estimado, com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1- Aplicam-se às obrigações decorrentes do presente ajuste as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e no Provimento CSM nº 2.724/2023, Capítulo XII, do TJ/SP.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1- As partes signatárias deste instrumento estão sujeitas, além das cláusulas desta Ata e do Edital, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como toda a legislação atinente à matéria.

14.2- Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o TJSP não será obrigado a se utilizar das quantidades parciais ou totais do objeto deste instrumento, ficando-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3- Os preços registrados, os quantitativos, o fornecedor e a especificação resumida do objeto, como também as possíveis alterações da presente Ata de Registro de Preços, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Diário Eletrônico da Justiça do Estado São Paulo (DEJESP) e nos sítios eletrônicos www.tjsp.jus.br e www.compras.gov.br;

14.4- O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência do presente registro de preços e cancelar os preços e o fornecedor registrados, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:

14.4.1- A DETENTORA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ);

- 14.4.2-** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 14.4.3-** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como as licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 14.4.4-** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

- 15.1-** Para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados, a empresa detentora da ata e eventuais aderentes deverão declarar ter recebido e concordado com a Política de Privacidade e Proteção de Dados do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e que adere as ações determinadas no Termo de Confidencialidade e Proteção de Dados, Anexo III desta Ata de Registro de Preços, para todas as contratações que dela advirem.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 16.1-** O registro do fornecedor e dos preços registrados poderão ser cancelados na ocorrência das hipóteses previstas nos artigos 24 e 25 do Provimento nº 100/2024.
- 16.2-** Em caso de cancelamento da Ata de Registro de Preços, será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de fornecimento remanescente, nos termos do art. 90, §7º da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

- 17.1-** Para dirimir as questões oriundas desta Ata será competente o Foro da Comarca de São Paulo.

Nada mais, lido e achado em conformidade, vai assinada pelas partes, atendidas as formalidades legais.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

(assinado digitalmente)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

DETENTORA DO REGISTRO DE PREÇOS

EMPRESA:

CNPJ:

Endereço:

E-mail:

Representante:

CPF:

(assinado digitalmente)





ANEXO V – MODELO DE CADASTRO RESERVA

- 1- Constitui o presente anexo, o CADASTRO RESERVA à Ata de Registro de Preços, para aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação, nos locais informados no item 7.1 do Anexo I, em **Lote Único**, em lotes, obedecendo à ordem de classificação, conforme descrito abaixo:

- 1.1- Relação de empresas que se enquadram nos termos do subitem 5.1.1 da Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços (preços iguais ao da detentora da ARP):

Ordem de Classificação nº:

Nome Empresa:

CNPJ:

Valor da Proposta:

- 1.2- Relação de empresas que se enquadram nos termos do subitem 5.1.2 da Cláusula Quinta da Ata de Registro de Preços (manutenção da proposta original):

Ordem de Classificação nº:

Nome Empresa:

CNPJ:

Valor da Proposta:

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO

*Contrato lavrado entre o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO** e a para aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº xxxx/2026** integrante do **Processo nº 2026/16712**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Federal Complementar nº 123/2006, Provimento CSM nº 2724/2023 e Instrução Normativa nº 17/2025 e Provimento nº 100/2024 do Tribunal de Justiça de São Paulo, Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7/2005, 9/2005, 181/2013, 229/2016, 347/2020 e 351/2020, além das regulamentações estaduais, bem como de toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com as citadas leis.*

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 51.174.001/0001-93, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo [____cargo do representante____], o Dr. [____Nome do Representante____], portador da Cédula de Identidade R.G. nº [____.____.____-____] e do C.P.F. nº [____.____.____-____], e a **[NOME DA EMPRESA]**, estabelecida na [____Endereço, Cidade e Estado____], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº [____.____.____/____-____], doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, representada neste ato por seu (a) [____cargo do representante____], o Sr. (a) [____Nome do Representante____], portador da Cédula de Identidade R.G. nº [____.____.____-____] e do C.P.F. nº [____.____.____-____], assinam o presente instrumento sob as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1-** O objeto do presente contrato consiste na contratação de empresa especializada para aquisição de portais detectores de metais, incluindo serviços de instalação e capacitação de servidores(as) para sua operação, nos locais informados no item 7.1 do Anexo I, em Lote Único em conformidade com os Anexos a seguir, que ficam fazendo parte integrante deste contrato:
- 1.1.1-** Anexo I – Termo de Referência;
 - 1.1.2-** Anexo I-A – Locais de Entrega;
 - 1.1.3-** Anexo II-Proposta Comercial;
 - 1.1.4-** Anexo III- Catálogo de Materiais (CatMat);

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS LOCAIS DE ENTREGA

- 2.1- A entrega dos produtos deverá ser feita nos locais indicados no Anexo I-A – Locais de Entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DAS ENTREGAS

- 3.1- A CONTRATADA deverá entregar os produtos, objeto desta contratação, **no prazo de até 30 dias corridos**, conforme o subtem 8.1 do TR, contados a partir da assinatura do respectivo contrato pela CONTRATADA.
- 3.2- A entrega do objeto desta contratação deverá ser feita nos locais conforme indicado na Cláusula Segunda, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento.
- 3.3- Todos os produtos que, porventura, apresentarem defeitos de fabricação ou em desacordo com o especificado, deverão ser substituídos pela CONTRATADA, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.
- 3.4- Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados, tendo proporcionada a devida proteção durante o transporte, garantida a integridade, bem como contidas as informações necessárias à identificação dos produtos e segurança.
- 3.5- Os produtos deverão ser novos e sem uso anterior.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 4.1- A CONTRATADA dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições do Anexo I – Termo de Referência, obrigando-se ainda a:
- 4.1.1- Responder e responsabilizar-se pela segurança dos serviços prestados e/ou material fornecido perante o CONTRATANTE, seus próprios funcionários e terceiros, bem como, eventuais danos patrimoniais ou extrapatrimoniais causados, adotando cuidados para prevenção de acidentes, com observação e cumprimento das normas, regulamento e determinações de segurança, adotando as medidas corretivas necessárias.
- 4.1.2- Assumir exclusiva e total responsabilidade por todo e qualquer dano físico ou moral, material e/ou lucros cessantes, ocasionado a qualquer de seus funcionários ou a terceiros e pela segurança de suas operações.
- 4.1.3- Indenizar o CONTRATANTE, por quaisquer danos causados por seus funcionários às instalações ou bens de propriedade do CONTRATANTE, bem como, danos físicos ou morais, causados aos funcionários do CONTRATANTE ou a terceiros.
- 4.1.4- Manter, durante a vigência contratual, as mesmas condições que propiciaram sua habilitação e qualificação no procedimento licitatório.
- 4.1.5- Aceitar os acréscimos ou supressões no objeto contratual, a critério do CONTRATANTE, nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 4.1.6- Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência

Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação, nos termos do Inciso XVII, Artigo 92, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.1.6.1- Sempre que solicitado pela Administração, o contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos mencionada no item 4.1.6 com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas.

4.2- A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura do contratado não ensejará extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

4.2.1- Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo, condicionado a que:

4.2.1.1 - sejam observados todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

4.2.1.2 - sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e;

4.2.1.3 - não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e **haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.**

4.2.2- Na ocorrência de fusão, cisão, incorporação ou transferência de 50% (cinquenta por cento) ou mais do capital social, a Contratada deverá comunicar, de imediato, o Contratante para conhecimento e análise, em conformidade com o **subitem 4.2** e respectivas subdivisões, observada a necessidade de formalização de termo aditivo na hipótese de que trata o **subitem 4.2.1.**

4.3-Cumprimento da Resolução CNJ nº 351/2020

4.3.1- O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo mantém canal permanente para acolhimento, escuta, acompanhamento e orientação a todas as pessoas afetadas por situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, resguardado pelo sigilo profissional, a fim de minimizar riscos psicossociais e promover a saúde mental no trabalho, nos termos do art. 19 e 21 da Resolução CNJ nº 351/2020;

4.3.2- Nas situações de assédio e discriminação no âmbito institucional, o funcionário ou a funcionária, o estagiário ou a estagiária deverá entrar em contato com a Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), por meio do Canal Direto com o Presidente, e-mail: daps@tjsp.jus.br, contendo:

4.3.2.1- Nome completo, posto de trabalho, e-mail e CPF do requerente;

4.3.2.2- Nome da empresa contratada;

4.3.2.3- Descrição sucinta dos acontecimentos.

4.3.3- A empresa contratada deverá comunicar aos funcionários ou às funcionárias, aos estagiários ou às estagiárias sobre a política de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e de todas as formas de discriminação definidos no art. 2º da Resolução CNJ nº 351/2020, assim como o Canal Direto com o Presidente do Tribunal de Justiça, e-mail: daps@tjsp.jus.br;

4.3.4-A íntegra da Resolução CNJ nº 351/2020 poderá ser obtida no endereço eletrônico: atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3557;

4.3.5- Nos casos de retaliação ao funcionário ou à funcionária, ao estagiário ou à estagiária da empresa contratada que tenham noticiado fatos relacionados à Resolução CNJ nº 351/2020, mesmo após eventual rescisão do contrato com a empresa contratada, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por meio Diretoria de Apoio aos Servidores (DAPS), deverá analisar a possibilidade de representação aos órgãos próprios da instituição, ao Ministério Público do Trabalho, ao órgão do Governo Federal responsável pelo Trabalho e Emprego, à Defensoria Pública e a outros órgãos de assistência judiciária gratuita, para as responsabilizações cabíveis.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 5.1-** O CONTRATANTE dará plena e fiel execução ao presente instrumento, respeitando todas as suas cláusulas e condições, obrigando-se ainda a:
- 5.1.1-** Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução do contrato.
 - 5.1.2-** Comunicar à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, sobre eventual mudança do endereço de cobrança.
 - 5.1.3-** Permitir livre acesso às instalações, quando solicitado pela CONTRATADA ou seus empregados em serviço.
- 5.2-** O CONTRATANTE terá o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, nos termos do inciso XI, artigo 92 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

- 6.1-** A gestão e fiscalização será exercida no interesse exclusivo do CONTRATANTE, nos termos do Capítulo IX do Provimento nº 2.724/2023, não suprimindo a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros por quaisquer irregularidades.
- 6.2-** Atuarão na fase da gestão, da fiscalização e do recebimento do objeto, os servidores indicados pela(s) Secretaria(s) responsável(eis) ou, não havendo, pela(s) Diretoria(s) ou Coordenadoria(s), bem como seus suplentes, conforme designação da E. Presidência deste Tribunal.
- 6.3-** Para efeito do disposto nesta cláusula, o CONTRATANTE registrará as deficiências existentes na execução dos serviços e/ou inobservância das condições pactuadas comunicando-as à Contratada para imediata correção, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.
- 6.4-** O(a) Gestor(a) do Contrato dever solicitar a documentação o de habilitação o e qualificação, constantes do edital de licitação, a fim de verificar se a DETENTORA/CONTRATADA mantém as condições exigidas na contratação inicial, a cada 6 (seis) meses contados da assinatura do contrato;

- 6.5- A Diretoria de Auditoria Interna (DAI), do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, poderá, a qualquer tempo, solicitar à CONTRATADA seus documentos e escriturações fiscais e/ou contábeis.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS BENS

- 7.1- O recebimento provisório e definitivo do objeto contratual devem ser realizados na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, e nos termos do art. 102 do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 7.2- Os prazos para o recebimento provisório e definitivo estão definidos no Anexo I.
- 7.3- Na ausência de prazos no Anexo I, fica estabelecido que:
- 7.3.1- O recebimento provisório ser realizado em até 10 (dez) dias úteis; e
- 7.3.2- O recebimento definitivo em até 30 (trinta) dias úteis, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 7.4- O Recebimento Provisório poder ser dispensado, quando assim previsto no Anexo I.
- 7.5- Os documentos que comprovem o recebimento provisório e definitivo deverão ser apresentados ao(à) Fiscal do Contrato e, posteriormente, serão juntados no processo de acompanhamento da execução contratual.
- 7.6- O ateste das notas fiscais, para efeito de pagamento, ser efetuado com base no objeto do contrato e nos serviços efetivamente prestados, cuja avaliação levar em conta aspectos qualitativos e quantitativos do fornecimento.
- 7.7- Para efeito do disposto no subitem anterior, o(a) responsável pela fiscalização deverá levar em consideração, além dos preços contratados, os seguintes aspectos:
- a) a qualidade do material e dos produtos empregados;
- b) a presteza no atendimento das solicitações da Administração; e
- c) o cumprimento das obrigações e rotinas estabelecidas no contrato.
- 7.8- Caso o fornecimento não seja efetuado nas formas previstas nos Anexos deste Contrato, a Contratada deverá providenciar a sua regularização imediatamente após o recebimento da notificação do(a) Fiscal do Contrato, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PREÇOS

Os preços unitários e totais por item, estão descritos abaixo:

Item	Código	Descrição	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	45.0184	Detector de metais, tipo portal, interno - incluso serviço de instalação e treinamento.	52		

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1-** O prazo para pagamento será em conformidade com o subitem 9.5 do Anexo I – Termo de Referência .
- 9.2-** Havendo atraso nos pagamentos sobre o valor devido, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da lei Estadual nº 6.544/1989, e do Decreto Estadual nº 32.117/1990, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata tempore*, em relação ao atraso verificado.
- 9.3-** O(a) credor(a) que apresentar registro no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL, deverá ter regularizada a pendência junto à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, devendo a Contratada comprovar a regularização junto a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças deste Tribunal de Justiça, para efeito de regular pagamento;
- 9.4-** Para o pagamento deverão ser apresentadas Notas Fiscais/Faturas, com indicação do número da agência e conta corrente no Banco do Brasil S.A., bem como deverá ser mencionado o nº da Nota de Empenho respectivo, que a SOF – Secretaria de Orçamento e Finanças remeterá a empresa no momento do empenhamento, as quais serão atestadas definitivamente pelos(as) servidores(as) designados(as) pela Egrégia Presidência do Tribunal de Justiça e, em seguida, encaminhadas a SOF para efetivo pagamento
- 9.5-** O recebimento será sempre integral (atesta da Nota Fiscal/Fatura), não se admitindo ateste parcial. Caso não seja possível atestar o recebimento, por motivo que possa ou não se constituir em inadimplência, o Documento Fiscal será devolvido ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis.
- 9.5.1-** Durante o tempo que perdurar a apuração, não incidirá a aplicação dos termos constantes do **subitem 9.2**.
- 9.5.2-** A Contratada não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ diverso do qualificado no preâmbulo do contrato.
- 9.5.3-** As Notas Fiscais/Faturas apresentadas em desacordo com o estabelecido neste Edital, na nota de empenho, no contrato ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida ao emitente (Contratada) e ao(à) Gestor(a) do Contrato para providências cabíveis, sendo que e neste caso o prazo previsto no **subitem 9.1** será interrompido.
- 9.5.4-** A contagem do prazo previsto para pagamento será reiniciada a partir da respectiva regularização, desconsiderado o prazo anteriormente decorrido durante a análise das Notas Fiscais/Faturas consideradas irregulares
- 9.6-** Quando a empresa emitir o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica – DANFE, em substituição a nota fiscal/fatura, no ateste do documento pelo setor responsável deverá ser acrescentado que **foi verificada a autenticidade da NF-e**
- 9.6.1-** Para confirmação da autenticidade da NF-e, a consulta poderá ser feita na Internet digitando-se os números da chave de acesso no site da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ou Portal Nacional da Nota Fiscal Eletrônica, os

quais seguem respectivamente, www.fazenda.sp.gov.br, NFe ou nota fiscal eletrônica, Consulta de NF-e de mercadorias ou www.nfe.fazenda.gov.br, Consulta resumo de uma Nota Fiscal Eletrônica

9.6.2- No caso de nota fiscal eletrônica, a autenticidade deverá ser verificada de acordo com o regulamento do respectivo Município a que se sujeita o recolhimento.

9.7- Será realizada a retenção do Imposto de Renda, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, ou outra que venha a substituí-la.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O valor contratado poderá ser reajustado a cada período de 1 (um) ano, contado de **10/02/2026**, com base na variação mensal acumulada do IPC/FIPE (Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), ocorrida no período de 12 (doze) meses anteriores ao de sua incidência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

11.1- O valor total do presente contrato é de **R\$ XXXXXX**.

11.2- As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta da classificação da despesa xxxxxxxx da dotação orçamentária consignada ao Tribunal neste exercício, no Programa de Trabalho 303 – Processo Judiciário do Tribunal de Justiça. As despesas de exercícios futuros correrão à conta da dotação a ser consignada ao Tribunal no orçamento desses exercícios.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

12.1- O prazo de vigência do contrato será de 156 (cento e cinquenta e seis) dias, contados a partir da assinatura pela CONTRATADA.

12.2- O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

12.2.1- Quando a não conclusão decorrer de culpa do contratado:

a) O CONTRATADO será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

b) A Administração poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA

13.1- A garantia contra vícios e defeitos de fabricação terá vigência mínima de 60 (sessenta) meses, nos termos do subitem 6.2, do Anexo I – Termo de Referência.

13.2- Os produtos deverão ser garantidos contra quaisquer defeitos de embalagem, transporte ou descarga nos locais de entrega, por prazo indicado na proposta e nunca

inferior ao constante nas condições estabelecidas neste contrato, devendo a CONTRATADA substituir por sua própria conta e nas condições descritas neste contrato e seus anexos, os materiais que forem recusados por defeitos ou apresentarem avarias que comprometam seu uso regular e adequado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES EM CASO DE INADIMPLEMENTO

- 14.1-** A ocorrência de fato ou conduta que, em tese, possa se amoldar às infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 será objeto de Processo Administrativo Apuratório nos termos do Capítulo XII – Sanções Administrativas, do Provimento CSM nº 2.724/2023.
- 14.2-** Na penalidade de multa, caso não esteja estipulada nos **Anexos** deste Contrato, será aplicado o percentual indicado abaixo, observados os limites mínimos e máximos do § 3º do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:
- 14.2.1-** 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de suspensão ou interrupção dos serviços contratados, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito;
- 14.2.2-** 2% (dois por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letal nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo;
- 14.2.3-** 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação inadimplida, no caso de **inexecução parcial** da obrigação assumida;
- 14.2.4-** 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso de **inexecução total** da obrigação assumida;
- 14.2.5-** 20% (vinte por cento) sobre o valor anual do Contrato, no caso de recusa da contratada em assinar o contrato, aceitar ou retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Tribunal de Justiça ou pelo edital, além do pagamento correspondente à diferença de preço decorrente de nova licitação ou contratação para o mesmo fim;
- 14.2.6-** 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, sobre o valor do contrato no caso de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias para assinatura do contrato, da prestação de garantia ou da execução do serviço, de assistência técnica em bem ou produto em período de garantia, compra ou obra.
- 14.3-** A CONTRATADA que der causa à inexecução total do contrato, que dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, que deixar de entregar a documentação exigida para o certame, não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, e ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, garantido o direito do devido

processo legal e da prévia e ampla defesa, poderá ficar **impedida de licitar e contratar** no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de até 3 (três) anos.

- 14.4-** A CONTRATADA que apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, garantido o direito do devido processo legal e da prévia e ampla defesa, **ficará impedida de licitar e contratar, através da Declaração de Inidoneidade**, no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

14.4.1- As infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do artigo 155 da lei 14.133/2021, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida do subitem 14.3, também sofrerão a sanção mencionada no subitem 14.4.

- 14.5-** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado, nos termos do artigo 163 da Lei 14.133/2021.
- 14.6-** Independentemente da efetivação da extinção contratual, fica facultado ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a retenção de quaisquer importâncias devidas ao licitante contratado para pagamento ou amortização, total ou parcial, das multas aplicadas e/ou perdas causadas, sem prejuízo da adoção das medidas acima e judiciais para cobrança do remanescente ou mesmo do valor total devido, caso não seja possível a retenção ora pactuada ou esta seja insuficiente.
- 14.7-** O Tribunal de Justiça suspenderá o pagamento de qualquer fatura quando houver pendência e/ou imperfeições no objeto contratado, sendo que nenhum pagamento isentar o licitante de suas responsabilidades contratuais e civis.
- 14.8-** Os valores referentes a multa e demais importâncias, quando não ressarcidos pela CONTRATADA, incidirá correção monetária com base na taxa de variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), nos termos do art. 74, da Lei Estadual nº 6.544/89, e do Decreto Estadual nº 32.117/90, e juros moratórios, na razão de 1% (um por cento) ao mês, calculados pro rata tempore.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO

Na hipótese de inobservância de qualquer uma de suas cláusulas ou por razões de interesse do Serviço Público, este Contrato poderá ser extinto nos termos dos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DAS NORMAS

- 16.1-** As partes contratadas estão sujeitas, além das cláusulas deste contrato, aos termos do Instrumento Convocatório e aos da proposta da CONTRATADA, às normas da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a toda legislação que rege a matéria, no que couber e não conflitar com a citada lei.
- 16.2-** O Presidente do Tribunal de Justiça poderá determinar o cancelamento da nota de empenho que vier a ser emitida em decorrência desta contratação e extinguir o Contrato celebrado, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, assegurando-se o contraditório e ampla defesa, quando:
- 16.2.1-** A CONTRATADA venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Resolução nº 07/2005, atualizada pela Resolução nº 09/2005, nº 181/2013 e nº 229/2016 do CNJ);
- 16.2.2-** A contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação;
- 16.2.3-** A contratação cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os magistrados e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização;
- 16.2.4-** A contratação de empresa pertencente a parente de magistrado ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

O presente contrato será divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e terá seu extrato publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Estado de São Paulo (DEJESP).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o foro da Comarca de São Paulo.



NADA MAIS. Lida e achado conforme pelas partes, lavrou-se este contrato, por todos assinado, atendidas as formalidades legais.

São Paulo, *data registrada em sistema.*

[NOME REPRESENTANTE TJSP]

[CARGO REPRESENTANTE TJSP]

(assinado digitalmente)

[NOME REPRESENTANTE CONTRATADA]

[CARGO REPRESENTANTE CONTRATADA]

(assinado digitalmente)

